

2019

Município de
Alfândega da
Fé



1

Versão corrigida – Agosto de 2019

DIAGNÓSTICO DAS SITUAÇÕES HABITACIONAIS INDIGNAS IDENTIFICADAS NO CONCELHO

Índice

O. Registo de alterações ao documento	5
PARTE I	6
1.1. Introdução	6
1.2. Enquadramento do estudo	6
1.3. Metodologias utilizadas	11
PARTE II	14
2.1. Diagnóstico Global das situações de carência habitacional do Concelho de Alfândega da Fé – dados de 2019	14
2.1.1. Freguesia de Alfândega da Fé	17
Breve historial	17
Descrição da Freguesia	17
Pirâmide etária	18
Situações habitacionais indignas identificadas	18
2.1.2. Freguesia dos Cerejais	27
Breve historial	27
Descrição da Freguesia	27
Pirâmide etária	27
Situações habitacionais indignas identificadas	28
2.1.3. Freguesia Sambade	28
Breve historial	28
Descrição da Freguesia	28
Pirâmide etária	29
Situações habitacionais indignas identificadas em Sambade	29
2.1.4. Freguesia Vilar Chão	33
Breve historial	33
Descrição da Freguesia	33
Pirâmide etária	33
Situações habitacionais indignas identificadas	34
2.1.5. Freguesia Vilarelhos	34
Breve historial	34
Descrição da Freguesia	34
Pirâmide etária	35
Situações habitacionais indignas identificadas Vilarelhos	35
2.1.6. Freguesia Vilares da Vilariça	37
Breve historial	37
Descrição da Freguesia	37

Pirâmide etária	38
Situações habitacionais indignas identificadas – Vilares da Vilarça	38
1.7. União de Freguesias Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	38
Breve historial das aldeias que compõem a União de freguesias	38
Descrição da União de Freguesias	40
Pirâmides etárias das localidades	40
Situações habitacionais indignas identificadas – Agrobom	42
2.1.8. União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	48
Breve historial	48
Descrição da União de Freguesias	49
Pirâmide etária das aldeias que compõem a união de freguesias	49
Situações habitacionais indignas identificadas.....	50
2.1.9. União das Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	56
Breve historial	56
Descrição da Freguesia	57
Pirâmide etária.....	58
Situações habitacionais indignas identificadas.....	59
2.1.10. União das Freguesias de Gebelim e Soeima	62
Breve historial	62
Descrição da Freguesia	63
Pirâmide etária.....	63
Situações habitacionais indignas identificadas – Gebelim-Soeima	64
2.1.11. União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	67
Breve historial	67
Descrição da Freguesia	68
Pirâmide etária - PARADA	68
Situações habitacionais indignas identificadas.....	69
Caraterização do agregado	69
Situação face à titularidade da habitação.....	69
Situações de indignidade detetadas	69
2.1.12. União das Freguesias de Pombal e Vales.....	73
Breve historial	73
Descrição da União de Freguesias	74
Pirâmide etária.....	74
Situações habitacionais indignas identificadas.....	75

2.2. Tabela síntese de todas as situações habitacionais identificadas	77
PARTE III	78
3.1. Conclusões	78
PARTE IV	82
Anexo – Mapa geral das situações habitacionais indignas estudadas.	82

O. Registo de alterações ao documento

Nº	Descrição da modificação	Data
0	Diagnóstico versão aprovada	22-06-2019
1	Introdução de uma coluna, à direita das tabelas das situações habitacionais indignas, onde se identifica qual das definições do artº 5º do DI nº 37/2018 de 4 de junho é a mais aplicável ao caso concreto, conforme solicitação do IHRU.	27-07-2019
2	Eliminação da coluna da esquerda relativa ao código interno de identificação do agregado. Porque só teve utilidade para a equipa de estudo, na fase de criação de base de dados.	27-07-2019

PARTE I

1.1. Introdução

Este documento denominado “Diagnóstico **das situações habitacionais indignas identificadas no Concelho de Alfândega da Fé**” contém a descrição das situações habitacionais indignas identificadas durante um rigoroso trabalho de campo realizado em todo o território de Alfândega da Fé, no 1º quadrimestre de 2019. Pretendeu-se obter um fiel retrato das situações habitacionais das populações residentes atualmente neste Concelho.

Associado a este documento foi estruturado um outro que se denomina “**Soluções habitacionais decorrentes do diagnóstico das carências habitacionais do Concelho de Alfândega da Fé**” e a **Estratégia Local de habitação**.

Da junção destes destas duas peças documentais, foi possível estabelecer uma inovadora abordagem do tema, sempre orientada pelos ditames do programa 1º direito, numa perspetiva de transparência e partilha das soluções adaptadas aos problemas identificados.

Um terceiro documento denominado Mapeamento para uma estratégia local de habitação do Concelho de Alfândega da Fé- 2019-2024 fizemos a síntese com a argumentação objetiva e sintética do que se pretende realizar no âmbito da NGPH- Nova geração de políticas habitacionais.

Colocámos o papel da habitação e da reabilitação no centro das estratégias do desenvolvimento humano e da qualidade de vida em comunidade como um dos pilares da coesão dos territórios e na promoção da competitividade.

A par da educação, da saúde, do respeito pelo ambiente e progresso económico, a habitação é um direito fundamental que se quer garantir a todos os que residem no concelho de Alfândega da Fé.

Projeta-se assim um conjunto de medidas concretas, integradas e coerentes num horizonte plurianual até 2024, que trarão para o **Concelho de Alfândega da Fé, uma visão genuína da qualidade de vida de todos os que estão ou vêm, respeitando as raízes culturais, com uma abertura e integração que tornarão Alfândega da Fé numa aposta única e especial para se viver.**

1.2. Enquadramento do estudo

No âmbito do programa 1º DIREITO, a apresentação de candidaturas a apoio depende da prévia aprovação pelos competentes órgãos do município da estratégia local de habitação a que se refere o artigo 30.º do Decreto –Lei n.º 37/2018. A estratégia local de habitação do Concelho de Alfândega da Fé foi elaborada de acordo com os princípios do 1.º DIREITO.

Uma das peças essenciais é o diagnóstico atualizado global das carências habitacionais existentes no território, contendo as características e o número de situações de pessoas e agregados que nele vivem em condições habitacionais indignas, tal como estão definidas no diploma legal acima referido. Este documento visa dar resposta a este requisito de aplicação e cumprimento do acervo legal relacionado com a Estratégia local de habitação.

No âmbito do levantamento necessário para o diagnóstico preparou-se a informação com o rigor e atualização possível. A maioria da informação disponível sobre demografia baseia-se nos censos de 2011.

Relativamente ao Concelho de Alfândega da Fé, obtivemos dados de 2017, recorrendo a fontes como INE e Pordata.

No levantamento das condições habitacionais indignas de agregados e famílias, houve necessidade de se efetuar um trabalho de campo e um estudo da realidade atual nas aldeias e freguesias.

O envelhecimento da população, a perda de população ativa por efeito da emigração, quer para o estrangeiro, quer para o litoral, caracterizam a situação atual no interior do país e o Concelho de ALFÂNDEGA DA FÉ, não foge a esta regra.

O regresso temporário e sazonal das famílias emigradas alteram significativamente o retrato das aldeias e da sede do Concelho, em determinados período do ano.

O estudo centrado nos habitantes que têm residência permanente nas localidades foi realizado dentro do espírito do programa 1º direito, mas também aproveitando para se fazer um estudo mais global do potencial de desenvolvimento desta comunidade.

Nesta medida, estudámos também uma realidade atual e conexas a esta que acabámos de enunciar- a fixação de população imigrante, principalmente de origem búlgara que vem trabalhar na agricultura. Algumas destas famílias fixaram-se no concelho há vários anos e está identificada a necessidade de responder também a estas novas necessidades habitacionais.

Paralelamente identificámos grupos destes trabalhadores (jornaleiros) trazem o agregado familiar e que por questões socio económicas vivem em comum durante alguns meses.

As opções de arrendamento para estes são escassas e as possíveis mas estão muito abaixo da procura.

Seguimos com rigor as orientações legais e quisemos assegurar-nos de que este trabalho ia servir para formalizar uma nova estratégia local de habitação respeitando os princípios do programa 1º DIREITO, desde a fase de levantamento, à fase de caracterização das situações identificadas para efeitos deste programa.

Os princípios do programa 1º DIREITO (*artº 3º do DI nº 37/2018 de 4 de junho*) são:

- a) **PRINCÍPIO DA ACESSIBILIDADE HABITACIONAL**, segundo o qual uma pessoa ou um agregado tem direito a que sejam criadas condições para que os custos com o acesso a uma habitação adequada e

permanente sejam comportáveis pelo seu orçamento sem comprometer a satisfação de outras das suas necessidades básicas;

b) **PRINCÍPIO DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL**, em função do qual as soluções habitacionais a promover ao abrigo do 1.º Direito devem estar alinhadas com as estratégias municipais e supramunicipais de política local de habitação, no quadro das opções definidas pelos municípios para o desenvolvimento dos seus territórios, em especial ao nível da ocupação do solo, da requalificação e da modernização do parque imobiliário urbano, da coesão socioterritorial e económica, da igualdade e não discriminação e da sustentabilidade os espaços urbanos;

c) **PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL**, no sentido de o apoio ao acesso à habitação não significar o apoio a qualquer solução habitacional, devendo ser favorecidas soluções de ocupação dispersas em zonas habitacionais existentes ou que garantam a diversidade social e estejam inseridas no tecido urbano, assim se promovendo a integração da pessoa ou do agregado nas comunidades residentes e evitando-se fenómenos de segregação e de exclusão socioterritorial;

d) **PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE**, segundo o qual deve existir uma atuação conjugada dos diferentes atores institucionais envolvidos na facilitação do acesso à habitação por parte das pessoas mais desprotegidas, bem como ao nível da sua proteção, integração e autonomização, por forma a que estas sejam providas, não apenas de uma habitação, mas das condições habitacionais, financeiras e sociais necessárias à sua autonomização e à estabilidade das soluções apoiadas ao abrigo do 1.º Direito;

e) **PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO**, pelo qual todos os atores, sejam públicos ou privados, devem promover a definição e concretização de procedimentos convergentes e articulados entre eles de modo a assegurar que as soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito integram medidas complementares de acompanhamento técnico e social, antes, durante e após a respetiva promoção, no sentido de maximizar a sua eficácia, coerência e estabilidade;

f) **PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO**, no sentido de ser assegurado que os destinatários das habitações financiadas ao abrigo do 1.º Direito são chamados, diretamente ou através de associações que os representem, a participar na definição e implementação das soluções habitacionais e sociais que lhes são destinadas, em particular quando estão em causa interesses específicos de pessoas e grupos mais vulneráveis, nomeadamente as comunidades ciganas e as pessoas em situação de sem abrigo;

g) **PRINCÍPIO DA EQUIDADE**, segundo o qual deve ser assegurada uma justa repartição do esforço operacional e financeiro exigido a todas as entidades, públicas e privadas, envolvidas na promoção de soluções habitacionais que permitam garantir o acesso à habitação por parte de pessoas financeiramente carenciadas e a viver em situação habitacional indigna;

h) **PRINCÍPIO DA PEREQUAÇÃO**, pelo qual o município competente deve adotar os mecanismos necessários para assegurar uma justa redistribuição dos benefícios e dos encargos decorrentes de operações urbanísticas promovidas no âmbito e para efeito de soluções habitacionais financiadas com o apoio do Estado ao abrigo do 1.º Direito;

i) **PRINCÍPIO DA REABILITAÇÃO DO EDIFICADO**, segundo o qual o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar a disponibilização de habitações através da reabilitação do edificado, em vez da construção de nova edificação, como forma de contribuir para a valorização do parque habitacional, para a requalificação e revitalização das cidades e para a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos;

j) **PRINCÍPIO DO INCENTIVO AO ARRENDAMENTO**, no sentido de que o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar o acesso a uma habitação arrendada em detrimento da aquisição de habitação, como forma de contribuir para o equilíbrio entre regimes de ocupação e a promoção e regulação do mercado de arrendamento;

k) **PRINCÍPIO DAS ACESSIBILIDADES**, de acordo com o qual as obras de reabilitação ou de construção em frações e prédios destinados a habitação devem integrar soluções de melhoria da acessibilidade, exigíveis nos termos das normas técnicas legalmente aplicáveis, que proporcionem a pessoas com mobilidade e autonomia condicionadas condições de facilidade e de conforto nos acessos à sua habitação e na circulação no interior da mesma;

l) **PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, segundo o qual, na promoção das intervenções de reabilitação e de construção apoiadas ao abrigo do 1.º Direito, são de adotar equipamentos, tecnologias e ou processos conducentes a uma utilização racional da energia e da água e à maximização da eficiência no uso das mesmas, no sentido de evitar desperdícios, otimizar os consumos e favorecer a sustentabilidade energética e hídrica.

O trabalho de campo efetuado principalmente durante os meses de março, abril e maio de 2019 de forma especializada tecnicamente para ser possível deter um conhecimento da realidade do Concelho.

A colaboração dos Presidentes de Junta e do Executivo Camarário, foi um requisito prévio e um fator crítico de sucesso para todo o trabalho de campo.

A adesão da população previamente avisada das nossas visitas, a colaboração na recolha dos dados, a confiança e abertura demonstradas pelas populações foram o corolário de uma comunicação planeada e adequada ao trabalho que realizámos.

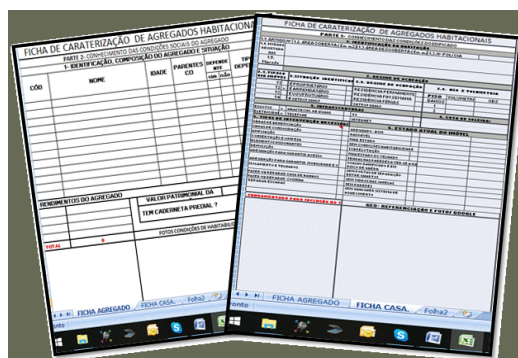


Ilustração 1- Trabalho de terreno e preenchimento das fichas de caracterização do agregado e da observação técnica das condições de habitualidade

O trabalho desenvolveu-se em 3 fases distintas, conforme esquema seguinte.

FASE 1

- COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COM OS CIDADÃOS E ÓRGÃOS LOCAIS SOBRE O VALOR ACRESCENTADO DO PROGRAMA 1º DIREITO

FASE 2

- LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE CARÊNCIAS HABITACIONAIS INDIGNAS, ESTUDOS LOCAIS E TRABALHO MULTIDISCIPLINAR NO TERRENO

FASE 3

- DIAGNÓSTICO GLOBAL COM APRESENTAÇÃO DAS MEDIDAS, PROGRAMAÇÃO, PRIORIDADES E CRONOGRAMA DAS MEDIDAS A IMPLEMENTAR

1.3. Metodologias utilizadas

A intervenção foi faseada e por isso assumimos como adequado o processamento nessas 3 fases, bem como das etapas propostas na memória descritiva e que listamos seguidamente:

Etapas		Medidas	
1.1	Sessão prévia de divulgação do programa 1º direito em Alfândega da Fé	P	Convocação dos Senhores Presidentes de Juntas das Freguesias por forma a envolver os Executivos locais desde a 1ª hora
		D	Divulgar eficazmente os requisitos do PROGRAMA 1º DIREITO , das missões da equipa de projeto e o interesse das medidas a tomar. Conceber documentação/VIDEO de apoio e esclarecimento.
		C	Elucidar, esclarecer e debater o programa e as suas regras de funcionamento.
		A	Solicitar informação sobre dados atualizados necessários aos estudos locais de habitação e referência dos agregados degradados ou com condições habitacionais indignas segundo os critérios legais em vigor.
1.2.	Recolha inicial de dados	D	Recolher e/ ou rececionar informação segundo grelha de critérios entregues aos executivos das Juntas de Freguesia, divulgados na etapa 1. Proceder a uma análise inicial e organização de <i>dossiers</i> de processos/ ELH/aldeia ou aglomerado.
1.3	Sessões de esclarecimento às aldeias e sede do Concelho	P	Divulgação do plano de trabalho. Estabelecer um calendário geral das deslocações para garantir a participação dos cidadãos.
		D	Realizar as sessões com a população
		C	Aplicar questionário de monitorização.
		A	% de destinatários presentes – adesão /participação

OBJETIVOS da fase 1 :

1. Garantir que os órgãos locais autárquicos, *máxime* o Presidentes de Juntas de Freguesias ou de Uniões de freguesia, são primordialmente chamados à participação e responsavelmente colaboram na boa aplicação do Programa 1º direito. Consideram-se um fator crítico de sucesso.
2. Divulgar a toda a população do Concelho e elucidar aos potenciais destinatários do Programa 1º Direito, toda a informação atualizada, rigorosa e útil sobre o Programa 1º Direito.
3. Assegurar que nestas deslocações se conseguem informações prévias sobre as famílias, agregados, designadamente as localizações precisas, as condições de contacto direto e personalizado, visando atuar com rigor, preservação da privacidade e confidencialidade da informação a recolher na fase seguinte.

- **FASE 2- LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DE CARÊNCIAS HABITACIONAIS , ESTUDOS LOCAIS DE HABITAÇÃO E TRABALHO MULTIDISCIPLINAR NO TERRENO- PREPARAR O DIAGNÓSTICO GLOBAL**

Etapas		Medidas	
2.1.	Visitas técnicas multidisciplinares	P	Planear rigorosamente as visitas técnicas da equipa, com indicação clara do número de pessoas a visitar. Definir quais os registos da situação atual a constatar e procedimento claro dos documentos e dados a consultar. Fazer roteiro das visitas. Regras de apresentação, condução da entrevista e meios de observação.
		D	Realizar as visitas a todas as situações sinalizadas, proceder aos registos necessários, prestar esclarecimentos. Recolher dados e registos para fundamentação dos ELH.
		C	Confirmar a informação recolhida. Confirmar requisitos e garantir transparência e rigor e foco nas expetativas face aos requisitos do programa.
		A	Comprovar que a informação <i>in loco</i> é rigorosa, completa e está conforme os critérios legais em vigor ao momento do levantamento.
2.2	Relatórios síntese	P	Reunir os dados de levantamento técnico, social e económico e partilhar informação com os elementos com a equipa do Município designados para acompanhar o projeto.
		D	Elaborar relatório síntese por família e por habitação
		C	Elaborar dossiers, arquivar registos, salvaguardar informação, preencher dados na ficha de relatório base.
		A	Selecionar informação que sustentará o diagnóstico global e a programação das medidas.

OBJETIVOS:

1. Fazer um levantamento exaustivo, rigoroso e atualizado das carências habitacionais e condições indignas.
2. Conseguir conjugar princípios do PROGRAMA 1º DIREITO, opções estratégicas do Município ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento do território e as situações identificadas durante o levantamento por forma a gerar uma elevada taxa de eficácia do programa em Alfândega da Fé.

FASE 3 -DIAGNÓSTICO GLOBAL COM APRESENTAÇÃO DAS MEDIDAS,PROGRAMAÇÃO , PRIORIDADES E CRONOGRAMA DAS MEDIDAS A IMPLEMENTAR

Etapas		Medidas	
3.1	Sessões de trabalho para elaboração do diagnóstico global	P	Painel de estudo – exposição de conteúdos. Definição da estrutura do documento global do ELH (Estudo Local de Habitação) do Concelho. Estabelecer a matriz dos critérios para priorizar soluções que vierem a ser propostas ao Município. Trabalho de gabinete redigir documentos e a organizar as evidências que vierem a ser consideradas argumentativas da eficiência do trabalho.
		D	Recolher, analisar e integrar as respetivas partes do diagnóstico conforme as exigências prévias e requisitos legais em vigor na legislação aplicável ao PROGRAMA 1º DIREITO. Propor programação das respetivas medidas.
		C	Partilhar documento em versão <i>draft</i> com chefiasdiretamente envolvidas no projeto e o Executivo.
		A	Aplicar <i>check list</i> de auditoria de procedimento para VERIFICAR A CONFORMIDADE necessária com os requisitos legais e assim garantir a máxima eficácia no aproveitamento de todas as potencialidades do programa 1º direito.

13

Objetivos: (ver artº 2º da portª nº 230/2018 de 17 de agosto).

1. Elaborar um Diagnóstico Global atualizado das carências habitacionais existentes no território de Alfândega da Fé, contendo as características e o número de situações de pessoas e agregados que vivem no Concelho em condições habitacionais indignas (conforme referido no DI nº 37/2018 de 4 de junho)
2. Elencar as soluções habitacionais que o Município pretende ver desenvolvidas em função das carências habitacionais existentes e das opções estratégicas ao nível da ocupação do solo e do desenvolvimento territorial.
3. Programar as soluções habitacionais por forma a cumprir o objetivo de dar resposta habitacional a todas as pessoas e agregados objeto de diagnóstico (nos próximos 6 anos).
4. Definir a ordem de prioridade das soluções habitacionais por forma a dar resposta a todas as pessoas e agregados que vivem em situações habitacionais indignas.
5. Demonstrar, no documento a formalizar, que todo o trabalho se enquadra a estratégia local de habitação nos princípios do programa 1º DIREITO (ver artº 3º do DL 37/2018de 4 de junho).

PARTE II

2.1. Diagnóstico Global das situações de carência habitacional do Concelho de Alfândega da Fé – dados de 2019

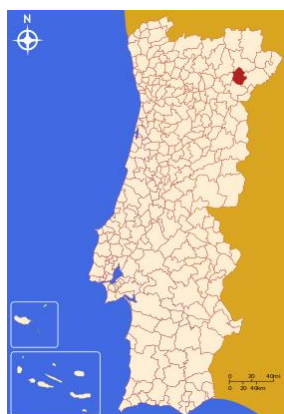


Ilustração 2- destaque de Alfândega da Fé no mapa dos concelhos

Uma breve introdução sobre este Concelho, do interior norte de Portugal impõe-se! Alfândega da Fé é uma região muito antiga e com história. Como o próprio nome indica um local calmo e hospitaleiro a convidar a uma estada prolongada. Assim o descreveram os Árabes quando no séc. VIII lhe atribuíram a designação de Alfandagh. Mais tarde, as lutas pela reconquista Cristã da península acrescentaram-lhe a palavra Fé. Assim nasce o atual toponímico da vila e sede de um concelho, que sempre teve na Serra de Bornes, Vale da Vilariça e Rio Sabor os seus elementos de referência. Alfandagh, Alfândega, foi sede administrativa com alguma importância no tempo da ocupação muçulmana, mas sabe-se que o território já era habitado em tempos anteriores. A prová-lo os vestígios arqueológicos que o tempo ou estudos mais aprofundados se encarregaram de manter e revelar. A testemunhar que a fé desta Alfândega há muito se começou a desenhar e que a Fé nesta Alfândega resiste às escaramuças da história, às investidas do tempo e se vai sedimentando, qual fortaleza erigida por homens e mulheres que continuam, fielmente, a escrever a história deste território.

Uma história que, em termos de nacionalidade, só se vê verdadeiramente reforçada a 8 de Maio de 1294, data em que D. Dinis lhe concede a primeira carta de foral. Em 1510 D. Manuel I concede-lhe nova Carta de Foral aumentado a área concelhia. No entanto, em Outubro de 1855, o concelho foi extinto para em Janeiro de 1898 ser restaurado como circunscrição administrativa independente. Alfândega da Fé mantém, desde essa altura, os mesmos limites geográficos, que vão da Serra de Bornes até ao rio Sabor e do planalto de Castro Vicente até ao Vale da Vilariça.

Situado no Nordeste Transmontano, na zona de Transição da Terra Fria para a Terra Quente Transmontana, com cerca de 5 mil habitantes, o concelho é, atualmente, composto por 12 freguesias distribuídas ao longo de 321,95 Km², numa diversidade paisagística que alterna entre os 400 e os 1200 metros de altitude. A Serra de Bornes ou Serra de Monte Mel, como outrora se designava, sempre se manteve como a fiel guardiã deste território. Do alto dos seus 1200m tem-se uma perspetiva de todo o concelho. Um território que a natureza tão bem soube moldar, feito terreno fértil pelas mãos experientes dos homens e mulheres que, desde sempre, fizeram da terra o seu sustento. De facto, a agricultura ainda se assume como a principal atividade económica em Alfândega da Fé. Neste campo destaque para as produções de castanha, azeite, cereja e amêndoa. São também comercializados produtos resultantes da transformação destas matérias-primas, para além do fumeiro e queijo também típicos desta região.

O turismo nomeadamente o associado aos recursos endógenos é uma área em franca expansão e desenvolvimento, fruto também da aposta no saber fazer local, nos traços identificativos do territórios e nas potencialidades que este oferece.

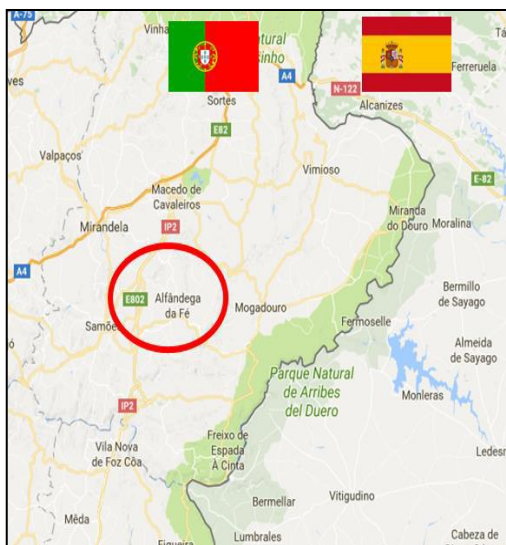


Ilustração2- Concelho de Alfândega da Fé e concelhos vizinhos, bem como a sua proximidade com Espanha

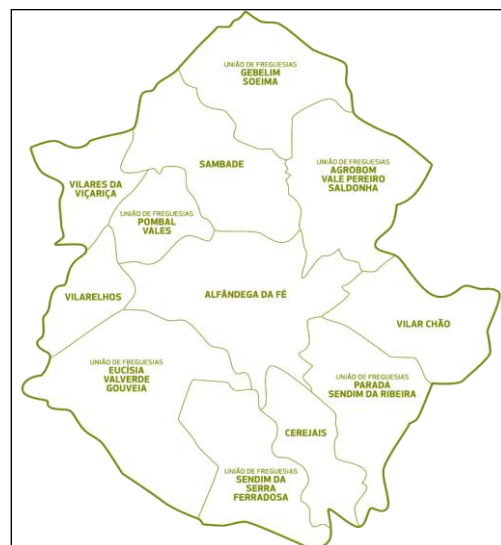


Ilustração 3- Mapa actual das Freguesias do Concelho de Alfândega da Fé

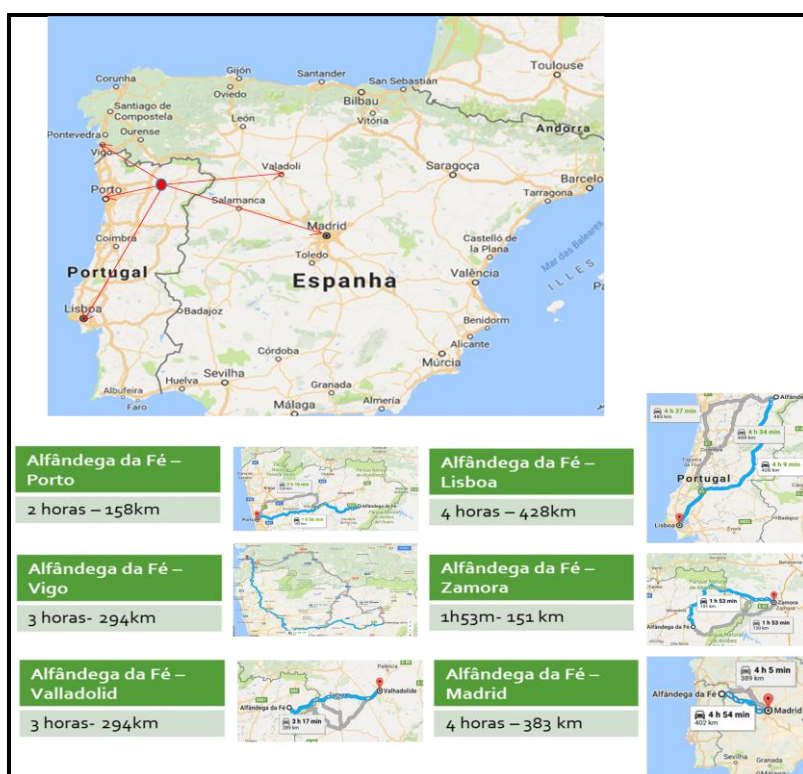


Ilustração 4- Demonstração de centralidade atual do Concelho de Alfândega da Fé e acessibilidades

Apesar dos 321,95km² o concelho tem uma baixa densidade populacional (cerca e 17 pessoas por Km²) e uma pirâmide etária bastante envelhecida. Como se pode verificar na ilustração seguinte.

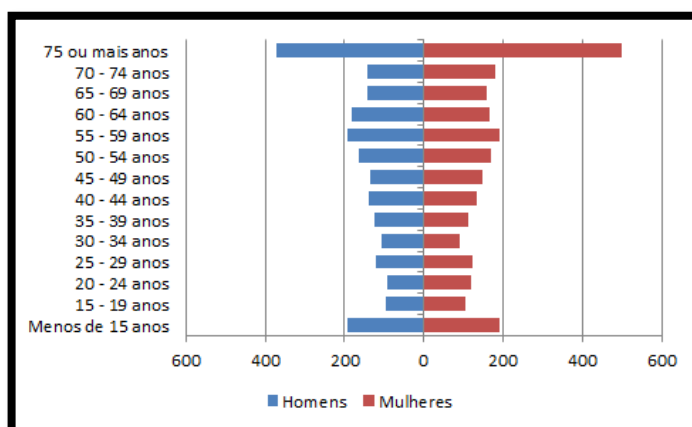


Ilustração 5- Pirâmide etária do Concelho de Alfândega da Fé – Fonte: INE dados de 2017

Esta situação é quase decalcada de toda a região do interior do país, tornando o desafio destas autarquias ainda maior, sempre que pretendem encontrar soluções eficazes e adaptadas. Fruto de muitos anos de políticas económicas e administrativas centralizadoras e opções desajustadas de desenvolvimento territorial, constatamos agora as dificuldades daí decorrentes.

O conhecimento dos erros cometidos no passado em matéria de habitação social, sem ter em conta uma visão holística do território, onde o urbano e o rural, os novos e os idosos, os cidadãos locais e os outros, cooperam numa simbiose de gostos, saberes e culturas para viver com identidade, qualidade e conforto.

As recentes medidas de descentralização, onde a Nova Geração de Políticas de Habitação e o programa 1º direito se inserem, são um exemplo que o Município de Alfândega da Fé pretende por em marcha, de forma integrada, as preocupações ambientais, o desenvolvimento da indústria agrícola moderna, as políticas de inclusão e abertura a todos, num paradigma “smart” e sustentável.

Não seremos os únicos a pensar assim, mas somos certamente um município que pretende ser reconhecido pelo esforço eliminar as condições indignas de habitação, baseado num estudo sociológico e antropológico no apoio à estratégia local de habitação.

É neste desígnio e com total identificação com os princípios do programa 1º direito que realizámos um levantamento das situações habitacionais indignas, atualizámos o diagnóstico social e, desta forma nos dispomos a por em prática uma estratégia local de habitação que seja um exemplo a seguir.

Fizemos um levantamento local exaustivo, porta a porta. Percorremos todos os locais onde encontrámos casas habitadas, com sinais de degradação. Entrámos em todas elas, para podermos compreender quem e como vivia cada um dos agregados aí residentes. Conversámos com todos os habitantes, analisámos tecnicamente as várias perspetivas elegíveis no âmbito do programa 1º direito e, com essa informação, concebemos um dossier de fichas técnicas dos agregados e das habitações, cujos resultados pretendemos incluir no diagnóstico, salvaguardando e preservando a privacidade.

Assim, reunimos um vasto manancial de informação devidamente preservada e destinada exclusivamente a refletir sobre as soluções habitacionais, trabalhar quer ao nível do Município como entidade beneficiária do artº 26º do DL 37/2018, quer ao nível do apoio que pretendemos dar a todos os beneficiários diretos que vierem a candidatar-se a este programa. É o que veremos espelhado nas seções seguintes, listadas por freguesias, uniões de freguesia e aldeias anexas.

2.1.1. Freguesia de Alfândega da Fé

Breve historial

Assente numa colina a 575 m de altitude, Alfândega da Fé conserva alguns dos traços e encantos próprios do Nordeste Transmontano.

A freguesia é vila e sede do concelho.

O seu toponímico remete-nos para factos relacionados com a história de Portugal. Alfândega tem as origens do seu nome no período da ocupação muçulmana, quando os árabes dominavam Alfandagh, que significava local calmo e hospitaleiro, sugerindo uma hospedaria ou estalagem. A designação da Fé ter-lhe-á sido associada aquando das lutas pela reconquista Cristã da Península. Assim pelo menos reza a lenda, que explica a fundação da localidade e atual toponímico.

Sabe-se que o primeiro foral lhe foi atribuído em 8 de Maio de 1294, pelo rei D.Dinis, onde já consta referência ao atual toponímico. Do Castelo da localidade não existem vestígios, resta a Torre do Relógio, edifício que muitos dizem ser o que sobra do Castelo Medieval e o local com a designação de Largo do Castelo a fazer lembrar que ali era a zona onde se erguia o antigo castelo da vila.

Atualmente Alfândega da Fé é uma vila airosa e moderna que bem soube conciliar os traços da história com as exigências dos novos tempos. É nesta freguesia que estão situados os principais serviços públicos do concelho, Câmara Municipal, Centro de Saúde, Finanças, Tribunal, Escolas. Dado a este facto o setor terciário ganha peso acrescido, sendo responsável pela ocupação de cerca de 50% da população. A indústria tem pouca expressão na economia da Freguesia, prevalecendo as pequenas empresas ligadas à construção civil, ao setor agroindustrial e ao ramo da madeira e cortiça. O turismo é uma atividade em franca expansão e desenvolvimento.

Fonte: sitio do município

Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Castelo
Distância à sede do concelho	N/A
Área da freguesia	40,62 km ²
População residente	2055

Pirâmide etária

Sede do Concelho- Vila de Alfândega da Fé

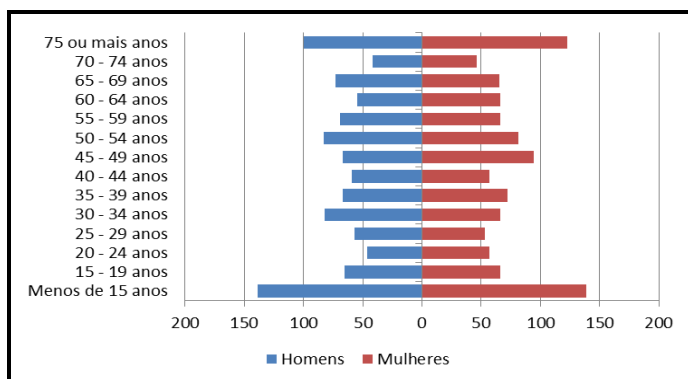


Ilustração 6- Fonte INE- Censos de 2011

Situações habitacionais indignas identificadas

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Casal jovem com 1 filho – jovem com criança	Arrendatários	Sobrelotação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal jovem com 1 filho menor	Arrendatários	Sobrelotação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal jovem com 2 filhas menores	Arrendatários	Sobrelotação e mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal jovem com 4 filhos menores	Arrendatários	Sobrelotação e mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal jovem	Arrendatários	Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com 1 filho menor	Arrendatários	Sobrelotação e mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal jovem com 2 filhos menores	Arrendatários	Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira a	Insalubridade e insegurança

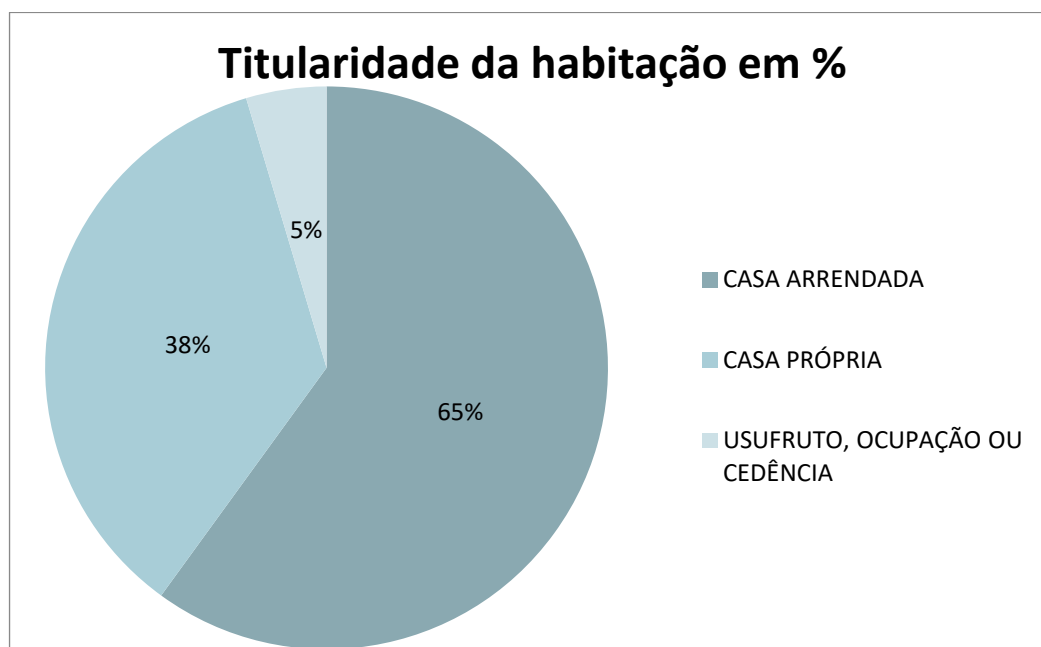
		lenha.	
Casal Jovem Com 2 Filhos Menores	Arrendatários	Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com 2 filhos 1 menor e outro maior	Arrendatários	Desempregado. Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem sem filhos	Arrendatários	Um deles está desempregado.	
Mãe solteira e 2 filhos maiores a estudar e com bolsa de formação	Arrendatários	Sobrelotação	Sobrelotação
Idosa viúva (81 anos)	Proprietária	Inadequação. Insegurança.	Insalubridade e insegurança
Casal Jovem Com 2 Filhos Menores	Arrendatários	Sobrelotação. Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal (de meia idade)	Arrendatários	Sobrelotação. Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Mae solteira, filha maior e 2 netos menores	Arrendatários	Sobrelotação. Mau estado da habitação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Sobrelotação
Casal idoso – pensionista	Arrendatários	Inadequação e sem condições de habitabilidade	Inadequação
Casal idoso – pensionista	Proprietários	Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Inadequação
Mãe solteira e 2 filhos adotivos	Proprietária	A necessitar de algumas obras. Portas danificadas.	Insalubridade e insegurança
Idosa (83 anos) – vive sozinha – pensionista	Proprietária	A necessitar de algumas obras de manutenção, conservação. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira a lenha.	Inadequação
Casal (60 e 65 anos)	Proprietários	Pensionistas. Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com filha menor.	Proprietários	Casa usada e adquirida recentemente, a necessitar de obras de reparação e beneficiação. Isolamento de	Insalubridade e insegurança

		janelas, reparação de casa de banho, etc.	
Mãe solteira com filho menor	Arrendatária	Casa usada, com carências económicas, com dificuldades em suportar o custo do arrendamento privado.	Precariedade
Casal jovem	Proprietários	Casa usada e adquirida recentemente, a necessitar de obras de reparação e beneficiação. Isolamento de janelas e do telhado	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com filha menor	Arrendatária	Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com 2 filhos menores	Arrendatária	Pretendem opção de compra de casa ou terreno e precisariam ajuda para as obras de reabilitação. Optam por situação de autopromoção.	Precariedade
Idosa- viúva a viver sozinha	Proprietária – T3	Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Inadequação
Casal jovem com 1 filho menor	Arrendatária – T2	Com baixos rendimentos e atividade profissional instável não têm condições para suportar valor da renda no mercado.	Precariedade
Casal jovem com filha menor	Arrendatária	Com baixos rendimentos e atividade profissional instável não têm condições para suportar valor da renda no mercado.	Precariedade
Casal jovem com 2 filhos	Arrendatária	Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira.	Precariedade
Casal com filha maior	Arrendatária	Em mau estado. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Casal com filha menor	Arrendatária	Em mau estado geral. Sem qualquer sistema de climatização. Só lareira	Insalubridade e insegurança
Mae e filha menor (a menor necessita cuidados especiais)	Arrendatária	Casa em mau estado. Muita humidade. Inadequação da casa. Muitas escadas.	Inadequação
Casal sem filhos	Arrendatários	Ambos desempregados, com carência económica.	Precariedade
1 adulto vive sozinho	Proprietário de uma casa da habitação	Desempregado e com carência económica. Tem uma casa no concelho, mas sem condições	Insalubridade e insegurança

Casal jovem com um filho menor.	social	de habitabilidade. A casa está inacabada e a casa onde vive atualmente está em muito mau estado. Precisa ser reabilitada.	
	Proprietários	Ambos desempregados. Têm muita humidade em casa. A casa não tem nenhum tipo de isolamento está com tijolo, pedra e cimento à vista. Necessitam reabilitar a habitação.	Insalubridade e insegurança
3 adultos e um menor. Mãe, filho e companheira. e criança.	Mãe é proprietária	Habitação em mau estado geral. Necessita ser reabilitada. Sem qualquer tipo de climatização. Só tem lareira	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com 3 filhos menores	Arrendatários	Têm carência económica, renda demasiado elevada para os rendimentos e existe sobrelotação.	Sobrelotação
Adulto- vive sozinho	Proprietário	Sem condições de habitabilidade.	Insalubridade e insegurança
Casal e 2 filhos maiores	Proprietário	Habitação em mau estado. Necessita ser reabilitada é também um caso de sobrelotação.	Sobrelotação
Adulto a viver sozinho	Proprietário	Casa sem condições de habitabilidade.	Insalubridade e insegurança
Adulto a viver sozinho	Proprietário	Habitação em mau estado e a precisar de obras no telhado e isolamento das paredes interiores e exteriores. Só tem lareira na cozinha, como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Casal jovem + 4 filhos menores	Cedência de habitação	Sobrelotação. Desempregados.	Sobrelotação
Casal (meia idade)	Cedência de habitação	Fez uma adaptação de T1 numa garagem da casa da mãe. Sem condições de habitabilidade. Tem um terreno e pretende fazer obras em autopromoção. Trabalhou na construção civil.	Insalubridade e insegurança
Casal jovem com 2 menores (1 filha +1 filho)	Arrendatários	Vivem numa casa muito degradada e só com 1 quarto. Com muito baixos rendimentos.	Sobrelotação

Casal jovem com 1 filho menor	Arrendatários	Vivem em casa degradada, desempregados e com dificuldades financeiras	Insalubridade e insegurança
Casal jovem	Arrendatários	Vivem em condições precárias. Atualmente estão ambos desempregados.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso	Proprietários	Habitação em mau estado. Casa degradada e a precisar de obras, principalmente no telhado e na cozinha.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso.	Proprietários	Inadequação da habitação ao estado de saúde e problemas de mobilidade.	Inadequação
Mãe idosa e filho-ambos pensionistas	Proprietária	Habitação em mau estado geral. Muita humidade, infiltrações devido ao mau estado do telhado. Soalho de madeira muito antigo e muito degradado.	Insalubridade e insegurança
Adulto que vive sozinho.	Proprietário	Mau estado geral da habitação. Sem eficiência energética. Muitas infiltrações.	Insalubridade e insegurança

Das situações indignas identificadas na Vila de Alfândega da Fé constatámos que a maioria destes agregados vive em casas arrendadas, no âmbito do arrendamento privado. Embora alguns deles estejam com rendas públicas (mas poucos casos)

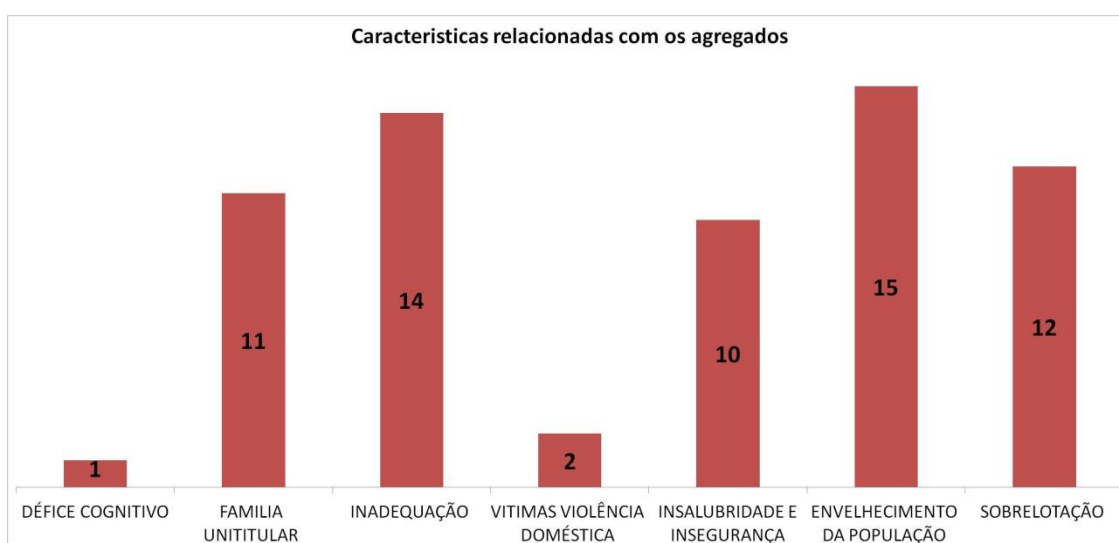


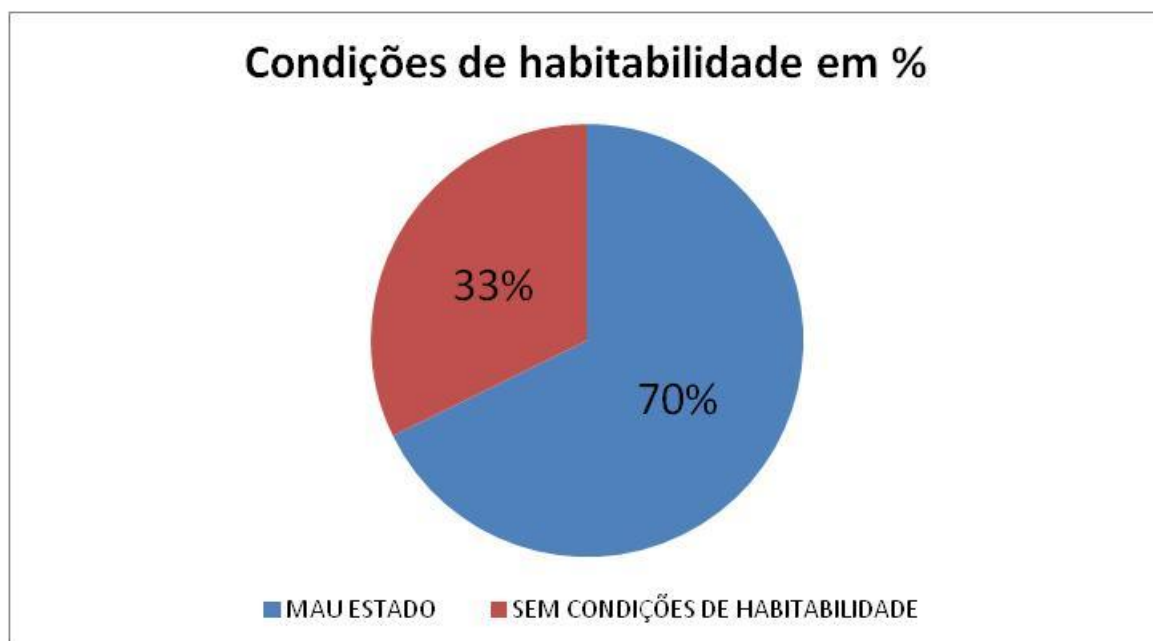
23

Tendo em conta a caracterização das situações identificadas e os aspetos referidos na legislação do 1º direito, fizemos um estudo numa dupla vertente, a saber:

- as condições habitacionais indignas, na perspetiva do agregado que habita a casa
 - o estado da habitação relativamente a aspetos de manutenção, conservação, segurança infraestrutural do edifício e as barreiras arquitetónicas, modos de circulação e o uso do espaço.
- Em suma foram avaliadas as condições de condições de habitabilidade.

As conclusões são as seguintes:





Relativamente a estes 2 critérios de análise estabeleceram-se, *ab initio*, definições inspiradas no espírito e letra da lei atualmente em vigor, cuja aplicação casa a caso facilitou a caracterização das situações identificadas, estudos comparados de âmbito concelhio, bem como os níveis de prioridade na operacionalização de estratégias locais de habitação.

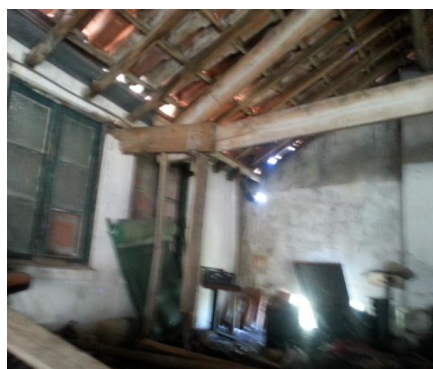
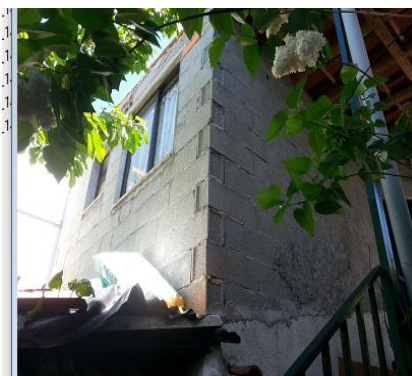
Considera-se sem **condições de habitabilidade** toda a habitação sem casa de banho, ou sem duche, tetos a ruir, paredes, janelas, portas ou telhados sem condições de segurança mínimas, entre outros aspetos que possam por em causa a salubridade e a segurança estrutural dos que habitam a casa, devido a risco de queda ou de derrocada.

Habitações em **mau estado** consideram-se as que apresentam estado de degradação, onde por exemplo:

- chove dentro de casa;
- ou tem paredes exteriores ou interiores inacabados, com humidades e bolores;
- tem casa de banho fora do *habitat* e, para ser utilizada é preciso sair de casa.

Podem incluir-se também nesta categoria as situações o soalho degradado, ou chão não pavimentado, telhas ou vidros partidos ou, por exemplo a cozinha a precisar de reparações significativas. Isto é, todas as situações onde diminuam significativamente o conforto e a segurança dos que habitam estas casas, afetando fortemente a dignidade, a saúde e a qualidade de vida das pessoas que habitam nestas condições.

Para melhor compreensão da realidade estudada decidiu-se incluir algumas fotos das situações de agregados que vivem em condições de habitação indignas.

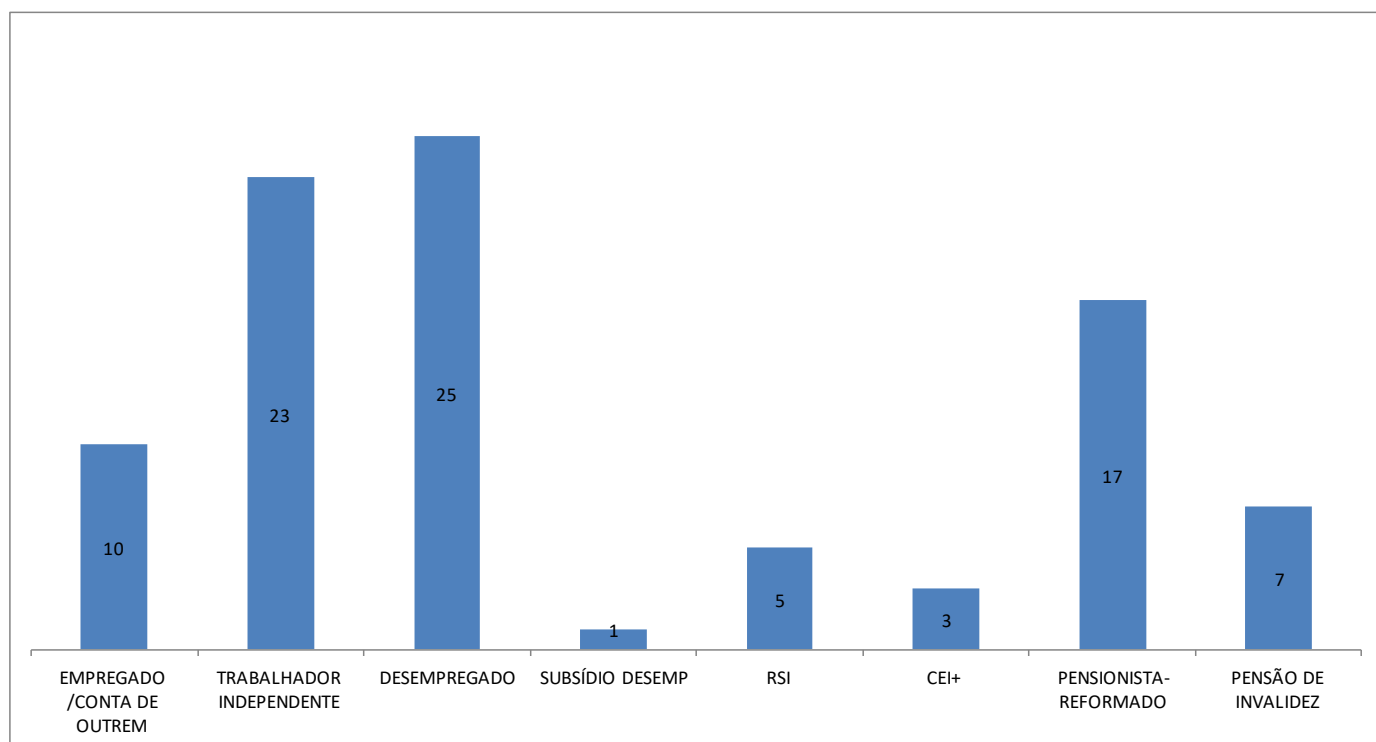


Os restantes casos têm a ver com a **sobrelotação (identificados em 12 agregados estudados na sede do Concelho)**, ou problemas acentuados de **falta de mobilidade** (em 4 agregados), que estão devidamente registados. No total há 14 situações de inadequação da habitação ao estado de saúde e envelhecimento nos agregados estudados.

Nos casos de casa própria identificámos casos de jovens que recentemente compraram casas usadas e que apresentam problemas de habitabilidade, como por exemplo, ao nível dos telhados, isolamento, climatização e conforto, canalizações e isolamento das janelas.

Das reuniões havidas com os representantes dos agregados, no âmbito das visitas, confirmámos ainda outros aspetos relacionados com a situação laboral dos elementos do agregado

O gráfico seguinte identifica e traduz a realidade sobre a situação laboral dos elementos de cada um dos agregados estudados.

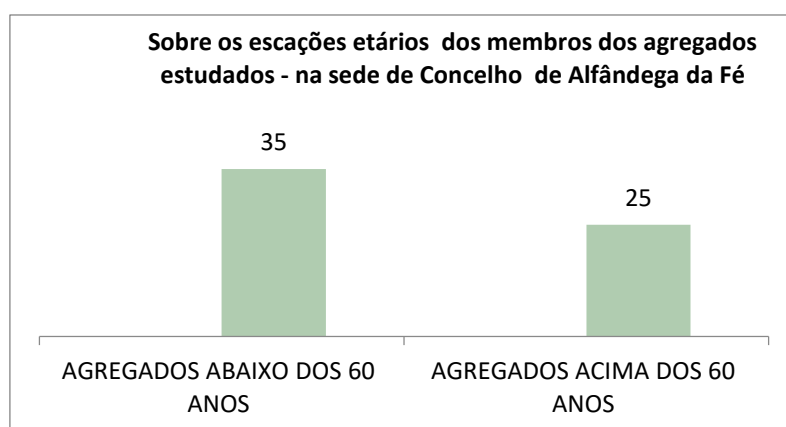


Conclui-se que a maioria dos elementos do agregado são trabalhadores independentes, a prestar serviços essencialmente na agricultura, com características sazonais (fazem jeiras) verificando-se instabilidade e imprevisibilidade na obtenção de rendimentos.

Foram registados 2 agregados onde ocorrem situações de violência doméstica. Estão devidamente sinalizados e acompanhados.

Não foram identificadas situações de “pessoa em situação de sem abrigo”(artº 5º do dl 37/2018 de 4 de junho al a), conjugado com o artº 4º).

Foi ainda constatado relativamente à idade média dos membros dos agregados estudados a situação que está representada no gráfico seguinte.



Em todas estas situações habitacionais foram constatadas situações de carência económica (tendo em conta os rendimentos do trabalho, abonos ou pensões, ou outros).

2.1.2. Freguesia dos Cerejais

Breve historial

Situada num planalto, sobranceiro ao rio Sabor, da freguesia de cerejais é possível avistar diversas povoações do concelho de alfândega da Fé e até de concelhos vizinhos. Local obrigatório para os visitantes da Rota das amendoeiras em Flor.

O topónimo é conhecido desde o século IX, com as variantes Ceresales, Cersares e Cersales, que aparecem registadas na Portugaliae Monumenta Historica, surge associado a uma das principais produções do concelho: A Cereja.

De facto, a origem do nome está relacionada com a existência de uma grande quantidade de cerejais ou de cerdeiros.

Apesar de a agricultura continuar a ser a principal atividade económica desta freguesia, hoje em dia destacam-se as produções de amêndoa e azeite.

É aqui que se encontra o Santuário Cordimariano de Cerejais, uma réplica do Santuário da Cova de Iria em Fátima, o qual atrai ao longo do ano um grande número de fiéis, que aí se deslocam no cumprimento de promessas ou simplesmente por devoção religiosa. O ponto alto é a Festa em honra de Nossa Senhora de Fátima, no último domingo de Maio, que reúne um grande número de fiéis.

Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	não tem
Distância à sede do concelho	7 km
Área da freguesia	16 km ²
População residente	202 habitantes

Pirâmide etária

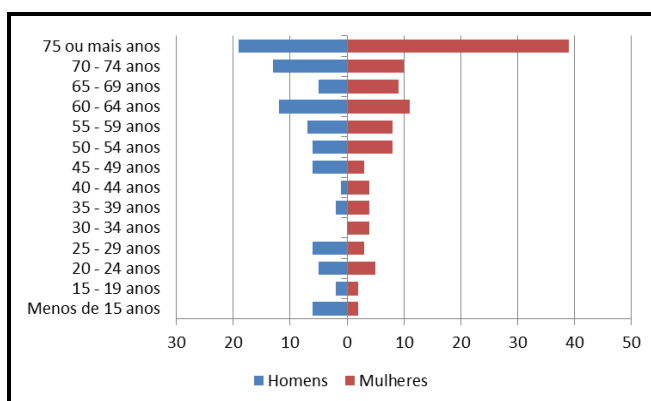


Ilustração 7-Fonte INE - Censos 2011

Situações habitacionais indignas identificadas

Na **Aldeia de Cerejais** foi apenas identificada uma situação de situação habitacional suscetível de ser enquadrada no programa 1º direito.

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
2 irmãs adultas e uma criança	Arrendamento.	A casa é um T2 mas com uma área muito pequena, a criança não tem quarto.	Sobrelotação.

28

2.1.3. Freguesia Sambade

Breve historial

Situada nas encosta sul da Serra de Bornes, outrora designada como serra de monte –Mel, a aldeia de Sambade é a maior do concelho. Atravessada pela estrada nacional, a igreja matriz, sec. XVIII, assume-se como elemento patrimonial de referência.

Foi um importante centro de produção de lã, de linho e de seda, sendo essa então a sua principal riqueza. Aliás, a aldeia era conhecida como terra de cardadores, ofício ao qual se dedicavam muitos dos habitantes. Ainda hoje, a pastorícia e a agricultura são as principais atividades económicas, destacando-se a produção de castanha.

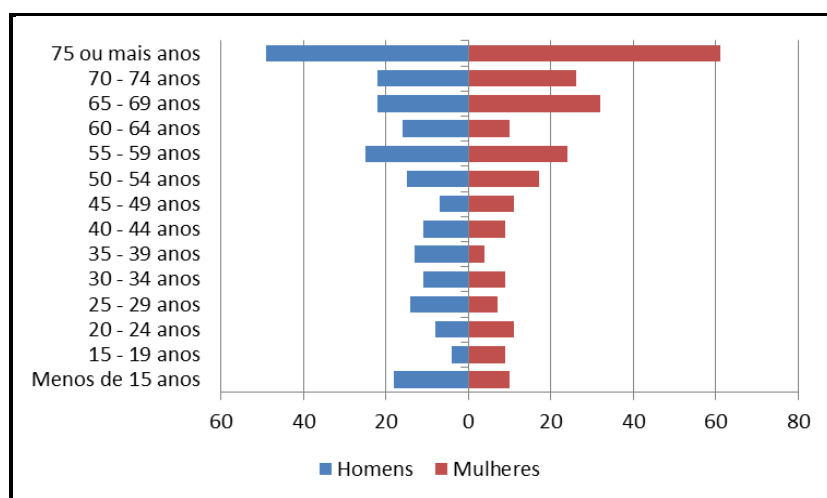
O topónimo da freguesia está relacionado com uma figura religiosa que aqui viveu. Sambade deriva de Sambadi, ou seja do nome próprio do Padre Sambade, que foi uma figura importante. Este Padre tinha-se tornado célebre no século VIII, nas Astúrias, pela eloquência com que refutou a heresia dos monotelistas, tal como aponta Viterbo no seu Elucidário, artigo Bieco. Outrora, Sambade foi uma das maiores abadias das terras transmontanas, sendo esta do padroado real.

Nesta freguesia do concelho de Alfândega da Fé nasceram ou viveram figuras ilustres que marcaram a região, destacando-se o Padre António José de Mesquita Pimentel, o Escritor Manuel de Sousa Moreira e o Professor João Baptista Vilares.

Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Covelas e Vila Nova
Distância à sede do concelho	9 km
Área da freguesia	31,49 km ²
População residente	475 habitantes (censos 2011)

Pirâmide etária



Situações habitacionais indignas identificadas em Sambade

Caraterização do agregado HABITACIONAL	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
5 Adultos-acolheram 1 mulher vítima de violência doméstica	1 dos elementos do agregado (pai) é o proprietário Mau estado de conservação	2 adultos têm pensão de invalidez 1 adulto empregado com salário mínimo 1 adulto requereu pensão 1 adulta desempregada Situação de carência económica, insegurança e insalubridade Casa inacabada, com infiltrações, humidade e como forma de aquecimento há salamandra/ lenha	Insalubridade e insegurança
1 adulto que vive sozinho, com défice cognitivo	Proprietário (herdou dos pais)	Pensão de invalidez. Mau estado de conservação, na zona dos quartos O telhado precisa ser reparado. Chove dentro da habitação, na zona dos quartos. Casa de banho no exterior da casa. É um T2 em muito mau estado de conservação, paredes repletas de humidade, sem janelas, sem climatização. Cumulativamente há uma situação de carência económica e insalubridade.	Insalubridade e insegurança

3 adultos - 1 casal e uma pessoa pensionista (60 anos)	É uma situação de cedência para habitarem a casa.	Sem condições de habitabilidade 1 pensionista;1 desempregada Não tem casa de banho, soalho em risco de risco de ruir, telhado degradado. Não tem condições de habitabilidade.	Insalubridade e insegurança
2 adultos – mãe e filho-ambos com deficiência	Cedência de espaço em terreno privado. É uma barraca. Tem água e luz.	Sem condições de habitabilidade. Ambos têm pensão de invalidez. É um caso de carência económica. Sem condições de salubridade, telhado degradado, muita humidade, chove dentro de casa. T1. Lareira na sala. Sem casa de banho.	Insalubridade e insegurança
Casal dois idosos com neta	Proprietários	Casa a necessitar obras em algumas divisões que Não estão rebocadas.	Insalubridade e insegurança.
2 Adultos – mãe idosa e filho	Herança indivisa.	Más condições de habitabilidade, 2 Pensionistas. Casa muito antiga. Casa de banho fora de casa. Sem zona para tomar banho. Telhado degradado. Sem condições mínimas de conforto. É um T2, mas tem muita humidade. Só uma lareira na zona sala-cozinha. Problemas de mobilidade da idosa.	Insalubridade e insegurança.
2 Adultos idosos, com doença crónica sem filhos.	Proprietários.	Casa inacabada, com más condições de habitabilidade Falta de conforto, segurança, escadas para aceder. Dificuldades de mobilidade dos 2 proprietários. Muitas escadas para aceder à habitação.	Inadequação
2 adultos	Proprietários.	1 trabalhador agrícola-pastorícia 1 pensionista. Casa antiga com muita humidade devido a degradação do telhado. Más condições de habitabilidade	Insalubridade e insegurança

1 adulto vive sozinho	Proprietário	1 CEI+ - Desempregado de longa duração. Más condições de habitabilidade em geral. Telhado muito danificado.	Insalubridade e insegurança
2 adultos – agregado unititulado	Proprietário	Sem condições de habitabilidade. Insalubridade e falta de segurança. 1 trabalhador 1 desempregado, atualmente a frequentar um curso de formação	Insalubridade e insegurança
2 adultos – mãe e filho	Proprietários.	Portas metálicas e janelas. Muito pouco conforto térmico. Problemas de humidade afetam toda a parte elétrica da casa. Insegurança e falta de conforto 1 pensionista; 1 desempregado. Problemas de saúde vários. Carência económica	Insalubridade e insegurança
2 adultos idosos.	Proprietários.	Acentuados problemas de mobilidade. Alterações necessárias e urgentes na casa de banho e ajudas técnicas e 2 pensionistas e um dos elementos do agregado teve um AVC, com sequelas significativas.	Inadequação





2.1.4. Freguesia Vilar Chão

Breve historial

A aldeia situa-se numa zona planáltica que termina num vale apertado e profundo por onde corre o rio Sabor.

A freguesia era conhecida como o "celeiro" do concelho, dada importância que a produção de cereais (trigo e centeio) assumiu nesta localidade. Atualmente a agricultura e a pecuária ainda constituem as principais atividades dos habitantes da freguesia. Vilarchão ficou também conhecida como um importante centro de produção de telha, existem registo de uma grande quantidade de fornos destinados à produção artesanal deste material.

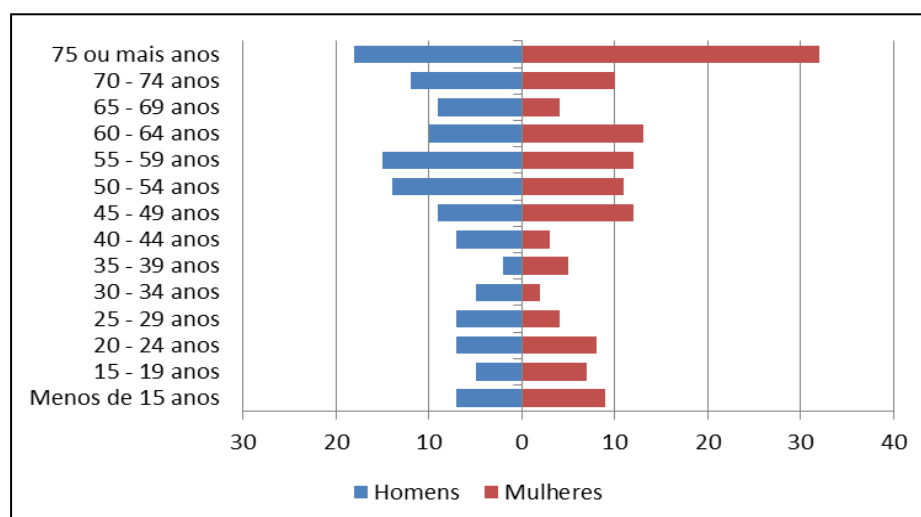
Em 1855 a freguesia foi integrada no concelho de Alfândega da Fé, anteriormente fez parte dos extintos concelhos de Chacim e Castro Vicente.

33

Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Legoinha
Distância à sede do concelho	
Área da freguesia	24,7 km ²
População residente	259 habitantes (censos 2011)

Pirâmide etária



Situações habitacionais indignas identificadas

Após contacto com o presidente da Junta e vários fregueses de **Vilar Chão** constatou-se que nesta aldeia do Concelho há a referir o envelhecimento da população em geral, mas no presente, não nos foi identificada nenhuma habitação ou agregado para efeitos de integração específica no programa 1º direito.

De qualquer forma, sugere-se que no âmbito das medidas englobadas na estratégia global de habitação, possam ser objeto de medidas concretas adaptadas às preocupações gerais de inclusão intergeracional, combate ao isolamento, acessibilidades, que têm feito parte da gestão municipal.

34

2.1.5. Freguesia Vilarelhos

Breve historial

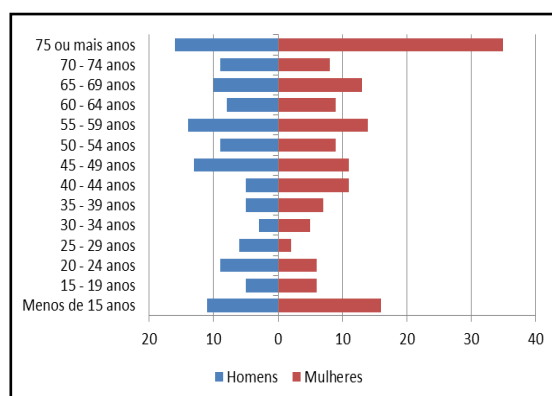
Localizada na parte superior do Vale da Vilariça, incluída na Região Demarcada do Douro, a vinha e o olival são as principais riquezas da sua população. No entanto, a produção hortícolas e frutícolas, devido às condições climáticas deste vale têm vindo a ganhar cada vez mais importância. A sua importância económica é confirmada pela existência do mais importante monumento não religioso do concelho, ou seja, o Solar do Morgado de Vilarelhos, de Traça Barroca.

Na área do Santuário de Nossa Senhora dos Anúncios, foi encontrada uma Necrópole Romana o que vem comprovar o povoamento em tempos remotos. O nome Vilarelhos está relacionado com o povoamento do território que terá acontecido no séc. X. Nesta época terão surgido as primeiras povoações que formaram pequenas unidades agrárias que, pelo seu tamanho reduzido, se chamavam Vilarelhos. A fundação da freguesia não é muito antiga. Supõe-se que terá sido um lugar que pertenceu à casa do Braganções, ou linhagem principal de Bragança. Por volta do séc. XII este lugar terá sido doado por D. Pedro Fernandes de Bragança ao mosteiro de Bouro.

Descrição da Freguesia

Ideias anexas	Não tem
Distância à sede do concelho	17 km
Área da freguesia	12,05 km ²
População residente	275 habitantes (censos 2011)

Pirâmide etária



Situações habitacionais indignas identificadas Vilarelhos

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
2 Adultos – 1 é CEI+ e o outro é pensionista	Proprietários	Habitação em mau estado devido a humidade nas paredes interiores. Só têm lareira como único sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
3 adultos e 2 crianças. Pais, filho e netos menores.	Proprietários	1 dos adultos tem uma deficiência – não tem uma mão. Casa com necessidade de reabilitação do telhado. Só têm lareira como único sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
3 adultos. Pais idosos e filho adulto.	Proprietários	Habitação em mau estado. Necessita isolamento e maior conforto. Muita humidade. Só têm lareira como único sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Idosa. Vive sozinha.	Proprietária	Habitação em mau estado. Muita humidade nas paredes interiores. Soalho muito degradado. Tinha um sistema de caldeira a <i>pelets</i> .	Insalubridade e insegurança

5 adultos- Avós, mãe e 2 filhos 1 adulto e um adolescente.	Proprietários	Habitação em mau estado. Problemas de sobrelotação. Avós pensionistas; mãe é Cei+ 1 filho desempregado e outro estudante.	Sobrelotação
Casal idoso	Cedência de familiares devidos a incêndio na casa	Casa em mau estado, insalubridade e falta de segurança. 1 dos elementos do agregado tem um défice cognitivo.	Insalubridade e insegurança
Idosa- vive sozinha	Proprietária	Em mau estado geral. Casa muito antiga e com problemas de isolamento do telhado.	Insalubridade e insegurança
Adulta que vive sozinha	Proprietária	Em mau estado geral. Telhado sem forro. Sem isolamento nas paredes interiores. Casa de banho a precisar de reparações e melhorias gerais. Móveis da cozinha em elevado estado de degradação.	Insalubridade e insegurança

Nesta aldeia, estão identificadas 8 situações habitacionais que poderão beneficiar em muito com o acesso ao programa 1º direito.





2.1.6. Freguesia Vilares da Vilariça

Breve historial

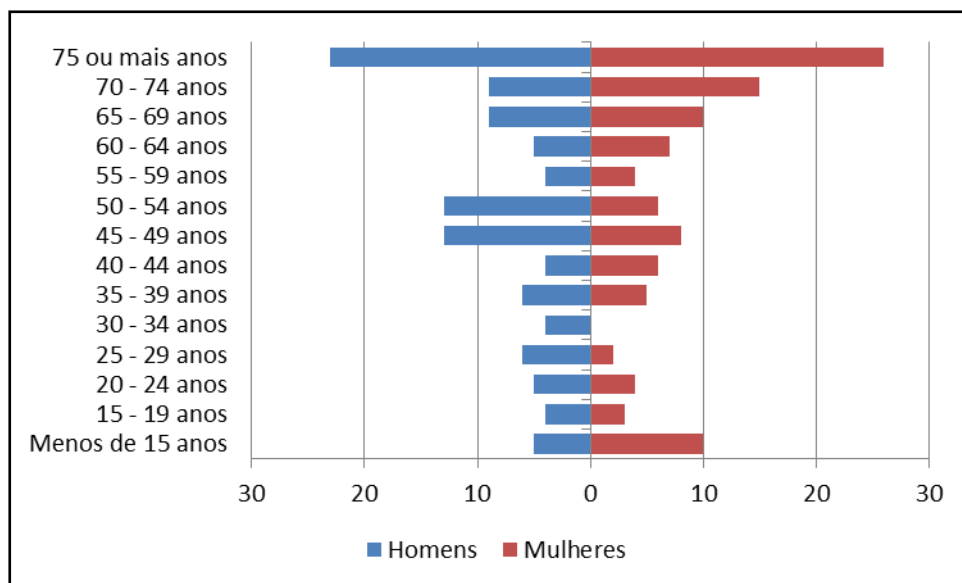
Situada na parte superior do vale da Vilariça, na vertente sul da Serra de Bornes, parte desta freguesia está integrada na região demarcada do Douro. A sua localização geográfica faz dela terreno extremamente fértil para a agricultura, destacando-se a produção de azeite, vinho, frutícolas e hortícolas.

Local de horizontes amplos e boa exposição solar, a povoação espalha-se pela encosta, dividindo-se mesmo em Vilares de Cima e Vilares de Baixo. Com uma urbanização em escadario é um ponto paisagístico privilegiado. A subida até à localidade de Colmeais permite fruir de uma das mais espetaculares paisagens do Concelho.

Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Colmeais
Distância à sede do concelho	20km
Área da freguesia	14,92 km2
População residente	216 habitantes (censos 2011)

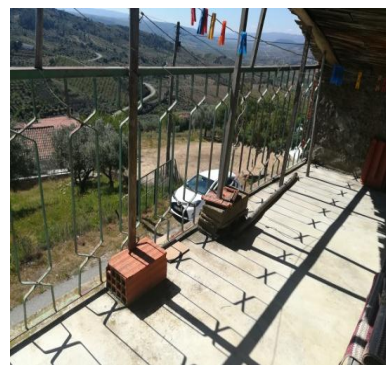
Pirâmide etária



38

Situações habitacionais indignas identificadas – Vilares da Vilariça

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
IDOSO-vive sozinho	Proprietário	Casa em mau estado. Varanda em risco de cair. Interior da casa com muita humidade. Casa inacabada.	Insalubridade e insegurança



.1.7. União de Freguesias Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro

Breve historial das aldeias que compõem a União de freguesias

AGROBOM



O nome da localidade remete-nos, desde logo, para uma das suas principais características, Agrobom, seria, etimologicamente, um “campo bom”. As suas gentes sempre se dedicaram à agricultura, fruto também da fertilidade dos terrenos desta zona. Azeite, amêndoa e fruticultura são as principais produções, estando uma parte do termo incluído no regadio da barragem da Camba.

39

No profundo e apertado vale da ribeira de Agrobom cultivam-se ainda vários produtos hortícolas, que surgem mais cedo, devido às características do microclima ali existente.

Nessa mesma zona localizam-se as ruínas de uma antiga capela (Santa Marinha) acerca da qual se conta uma lenda interessante. Reza a lenda que a Capela de santa Marinha era motivo de disputa entre a população de Agrobom e Sambade, que não se entendiam quanto aos limites das respetivas freguesias. Ora, a Santa fez o milagre de mudar o curso da Ribeira para que a capela ficasse do lado Agrobom, terminando assim a disputa entre as duas localidades.

SALDONHA



O povoamento desta freguesia remonta a épocas muito recuadas, como o comprovam vários vestígios arqueológicos aqui encontrados. Os habitantes de Saldonha não deixam de contar várias lendas sobre tesouros escondidos pelos mouros.

Saldonha nem sempre pertenceu ao concelho de Alfândega da Fé. Até 1853 pertenceu ao concelho de Chacim. Quando este foi extinto passou a integrar o concelho de Macedo de Cavaleiros.

Mais tarde, aquando da restauração do concelho de Alfândega da Fé, passou a fazer parte deste. A agricultura e pastorícia assumem-se como as principais atividades dos habitantes da localidade. Neste campo destaque para a cultura da batata, dos produtos hortícolas e os olivais. Salienta-se ainda a extração de madeira.

VALEPEREIRO



40

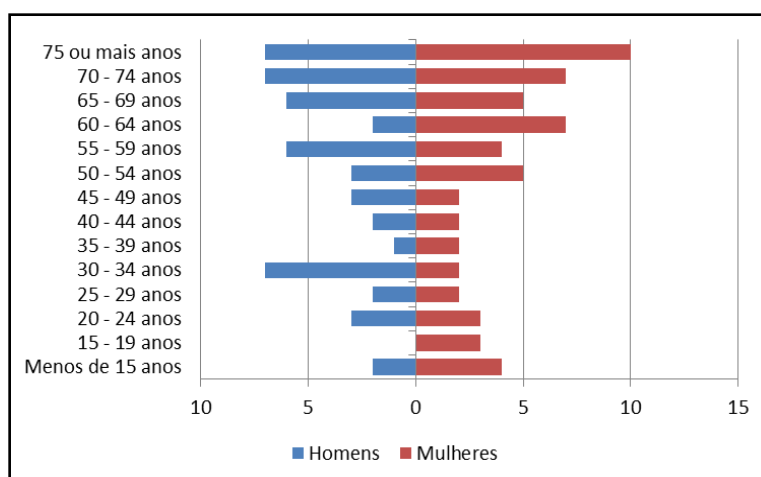
Há registos que apontam para o facto de que esta localidade pertencia, em 1530, ao concelho de Castro Vicente e tinha cerca de 20 moradores, no séc. XVIII possuía cerca de 150 habitantes. Atualmente possui menos de metade dos habitantes. Na altura a agricultura já se apresentava como a principal atividade das suas gentes. Tal como hoje assumem importância as plantações de olival e sobreiros. A aldeia fica situada nas encostas da Serra de Bornes, o seu toponímico tem, provavelmente, origem na sua localização geográfica, um vale onde abundariam muitos pereiros, uma variedade da pereira que produz um fruto designado por pero.

Descrição da União de Freguesias

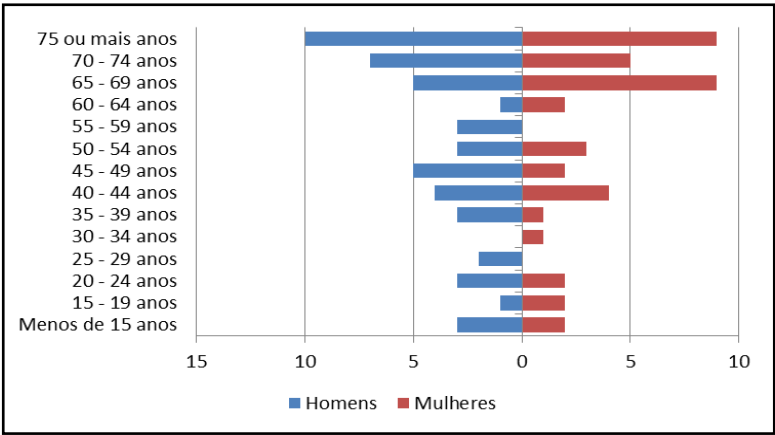
Aldeias anexas	Felgueiras
Distância à sede do concelho	18km
Área da freguesia	32,60 km ²
População residente	265 habitantes (censos 2011)

Pirâmides etárias das localidades

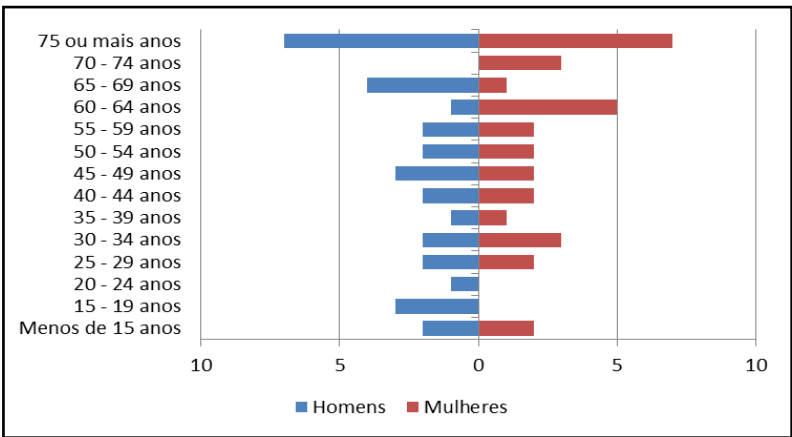
Agrobom



Saldonha



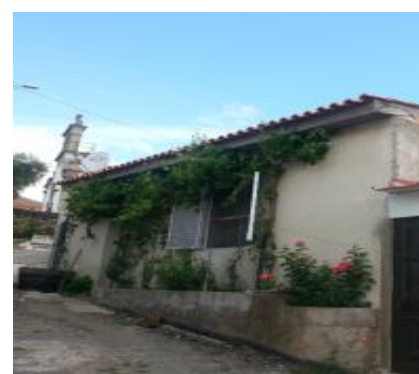
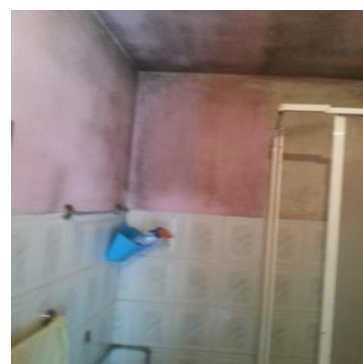
Vale Pereiro



Situações habitacionais indignas identificadas – Agrobom

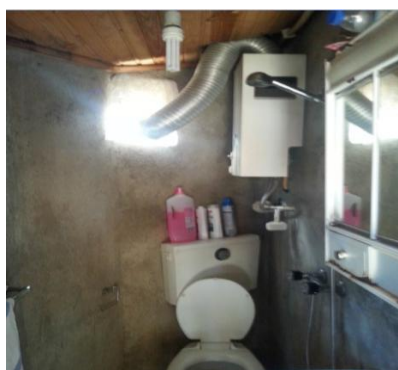
Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
1 idosa sozinha. Pensionista	Proprietária	Há risco de queda de parte da casa.	Insalubridade e insegurança
3 adultos- mãe e 2 filhos	Proprietária	Numa parte da rua tem os quartos. Atravessando a rua tem uma cozinha e uma casa de banho.	Insalubridade e insegurança
1 idosa. Pensionista. Vive sozinha.	Proprietária	Sem condições de habitabilidade Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança

42



Saldonha

ção do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
1 adulto- vive sozinho. Desempregado.	Proprietário	Casa em mau estado. Precisa de reparação na casa de banho para poder usar duche. Muita humidade nas paredes interiores e cozinha a precisar também de obras de beneficiação. Sem nenhum meio de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
1 Adulto vive sozinho.	Proprietário	Casa em mau estado.	Insalubridade e insegurança
Idosa. Vive sozinha. Pensionista.	Proprietária	Casa muito antiga e em mau estado. Só tem a lareira na cozinha. Muita humidade nas paredes. Casa em tabique.	Insalubridade e insegurança
Idosa. Vive sozinha. Pensionista e CSI	Proprietária	Casa muito antiga e em mau estado. Só tem a lareira na cozinha. Muita humidade nas paredes. Casa em tabique.	Insalubridade e insegurança
Idoso. Pensionista e CSI.	Proprietário	Sem condições de habitabilidade. Sem isolamento das janelas. Partilha uma parte da casa (a cozinha), com o irmão.	Insalubridade e insegurança
Idoso. Pensionista.	Proprietário	Casa em mau estado. Partilha a cozinha com o irmão.	Insalubridade e insegurança
Idoso. Vive sozinho. Pensionista	Proprietário	Casa em mau estado. Casa de banho fora da casa, nos baixos. Precisa descer escadas exteriores para aceder à casa de banho. Parte da casa está já em ruínas.	Insalubridade e insegurança

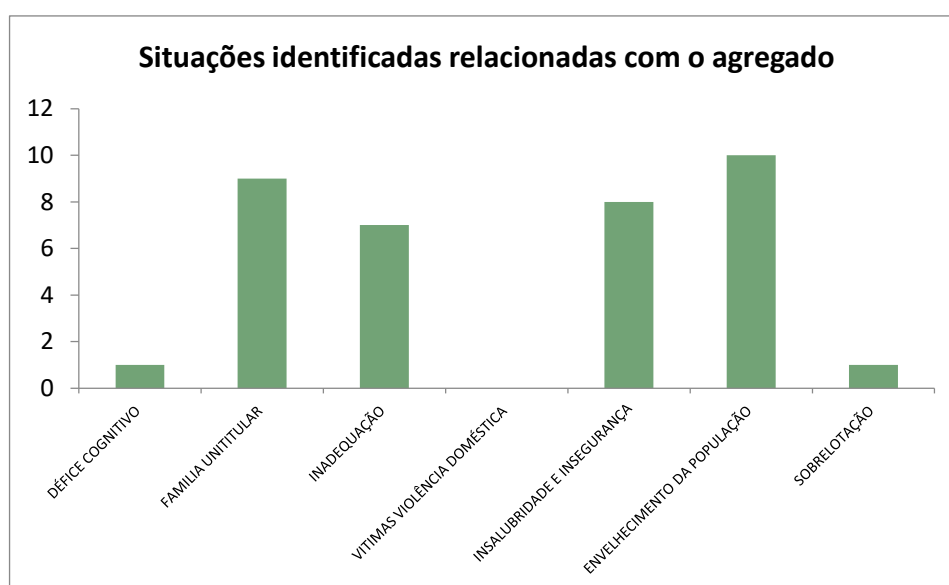


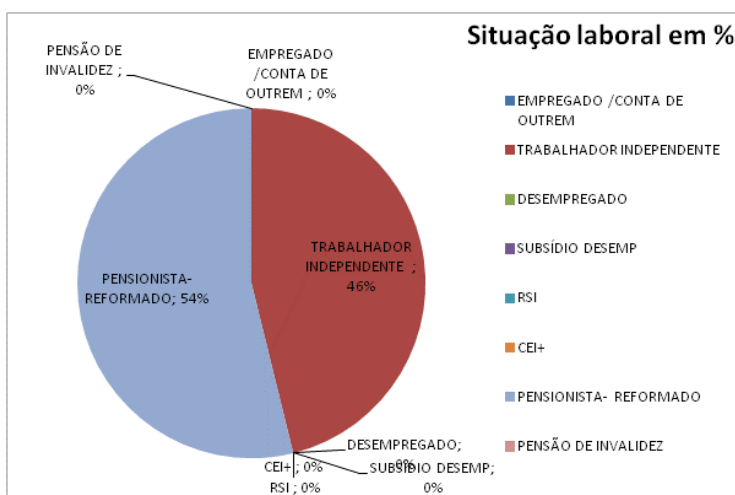
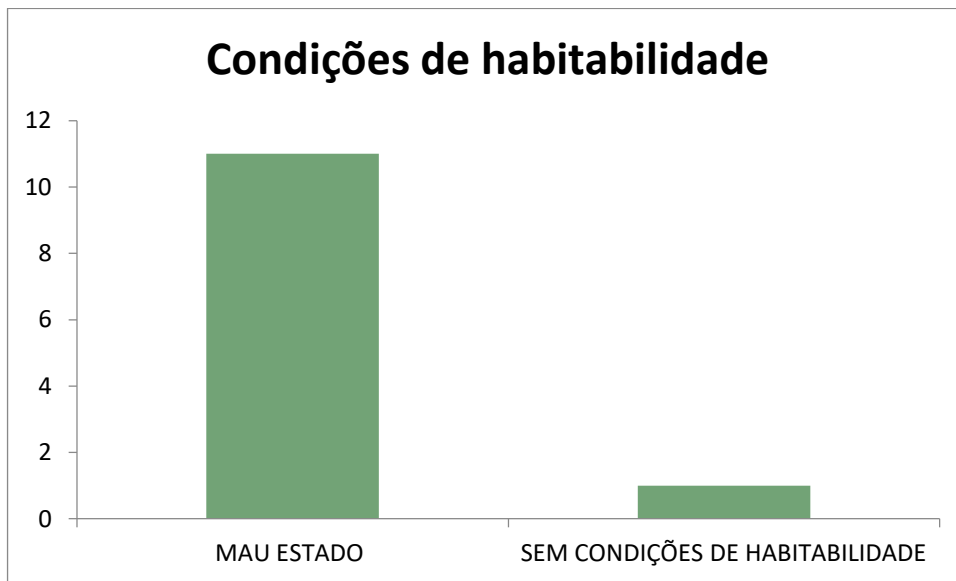
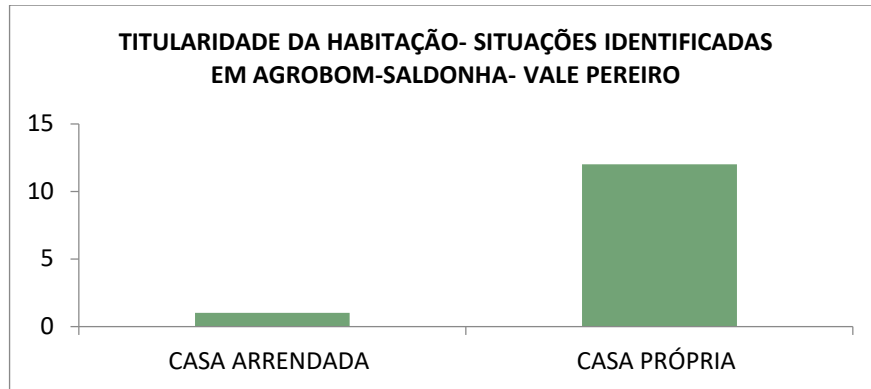
Vale Pereiro

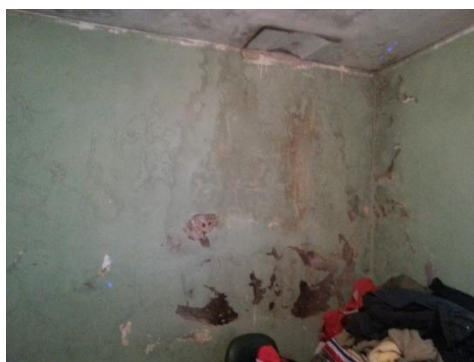
45

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Adulto- Vive sozinho. Pensão de invalidez.	Compropietário (com as irmãs que vivem noutro concelho)	Mau estado do telhado. Muitas infiltrações de água da chuva. Humidade nas paredes interiores. Mau estado geral da habitação.	Insalubridade e insegurança
Casal jovem e 1 criança.	Proprietários	Mau estado do telhado. Infiltrações. Humidade e bolores nas paredes. Desempregados.	Insalubridade e insegurança
Casal jovem	Proprietário	Casa inacabada. Sem isolamento. Em mau estado geral. Estão ambos desempregados	Insalubridade e insegurança
Casal adulto. 1 deficiente motor.	Arrendatários	Inadequação da casa ao tipo de deficiência. A Senhora não consegue subir as escadas de acesso ao quarto.	Inadequação

Das situações indignas identificadas na União de freguesias Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro passamos a apresentar gráficos com as seguintes conclusões:







Algumas conclusões com relevância para o estudo em curso:

- Atualmente há 13 situações a enquadráveis no programa do 1º direito.
- 12 os agregados vivem em casa própria e apenas 1 agregado vive em casa arrendada.
- 12 das habitações estão em mau estado e apenas 1 delas não tem condições de habitabilidade
- Há 3 situações identificadas de falta de adequação da casa, face à condição atual de falta de mobilidade de elementos do agregado.
- Maioria dos membros dos agregados têm mais de 60 anos, o que concorre para uma tendência de envelhecimento em linha com os dados globais da pirâmide etária destas aldeias da União de freguesias.
- A generalidade dos membros dos 13 agregados têm uma situação laboral instável (são trabalhadores agrícolas, que “trabalham à jeira” ou são pensionistas.
- 100% dos casos têm baixos rendimentos e podem inserir-se em situação de carência económica.

2.1.8. União das Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde

Breve historial

EUCÍSIA



Porta de entrada no Vale da Vilariça, Eucísia encontra-se encravada entre montanhas. O facto de estar localizada no Vale da Vilariça, em conjunto com a existência de água em abundância, permitiu a fixação, desde muito cedo, da população. Por esse motivo, nesta zona encontram-se alguns dos mais importantes elementos do património histórico-arqueológico do concelho: as pedras escritas de “Revides” e das “Ferraduras” e o Castro de Santa Justa. A agricultura assume-se como a principal ocupação da população, destacando-se as produções de azeite, amêndoa e cortiça. Eucísia é também conhecida como a terra das feiticeiras, tal como é descrito na lenda da localidade: [A Lenda das Feiticeiras de Eucísia.](#)

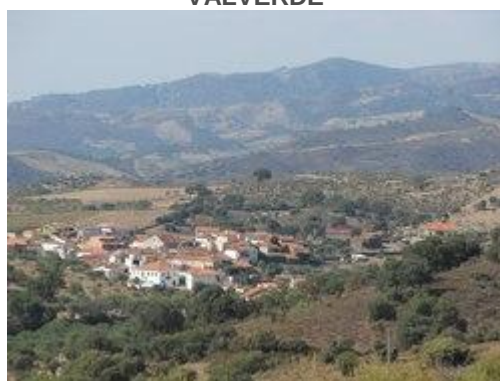
GOUVEIA



Gouveia situa-se na encosta sul da Serra com o mesmo nome. De acordo com o Padre Francisco Manuel Alves, em "Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança", o nome desta localidade deriva do verbo “gouvir”, cujo significado é 'gozar'. Tal definição toponímica pode encontrar explicação na paisagem avassaladora oferecida na área da freguesia. Um verdadeiro “gozo” para os olhos, principalmente na encosta que dá para o Rio Sabor. A posição estratégica junto ao vale do Sabor, os Castros identificados na zona e a Serra da Gouveia conferiram a Gouveia uma importância redobrada em tempos mais recuados. A agricultura é a principal atividade da freguesia.

A oliveira, a amendoeira e o sobreiro têm ali boas condições de vida. Naturalmente, acabou por se desenvolver a pastorícia, como complemento à atividade agrícola.

VALVERDE



49

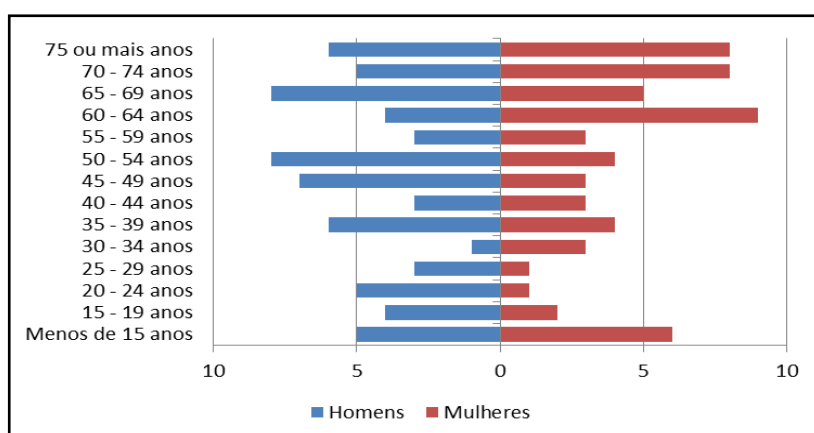
Situada na parte inferior do planalto de Alfândega da Fé, já próximo da Serra da Gouveia e com o Vale da Vilarça à vista, Valverde é uma localidade antiga e o seu crescimento ficou a dever-se à riqueza agrícola do vale que lhe deu o nome e às boas condições para o desenvolvimento das amoreiras, fundamentais para a criação do bicho-da-seda. O mesmo vale, graças ao seu terreno barrento, permitiu o desenvolvimento de vários fornos de telha, levando a povoação a um crescimento pouco habitual em tempo mais recuados. No entanto, Valverde é sobretudo conhecida pela sua majestosa Cruz Processional, uma autêntica obra de arte do século XVI, devidamente guardada e preservada, só apresentada em público em ocasiões solenes; esta cruz, cujo estudo e inventariação já foi efetuado, anda ligada à lenda de [Frei João Hortelão](#), natural de Valverde e a quem a população atribui vários atos milagrosos.

Descrição da União de Freguesias

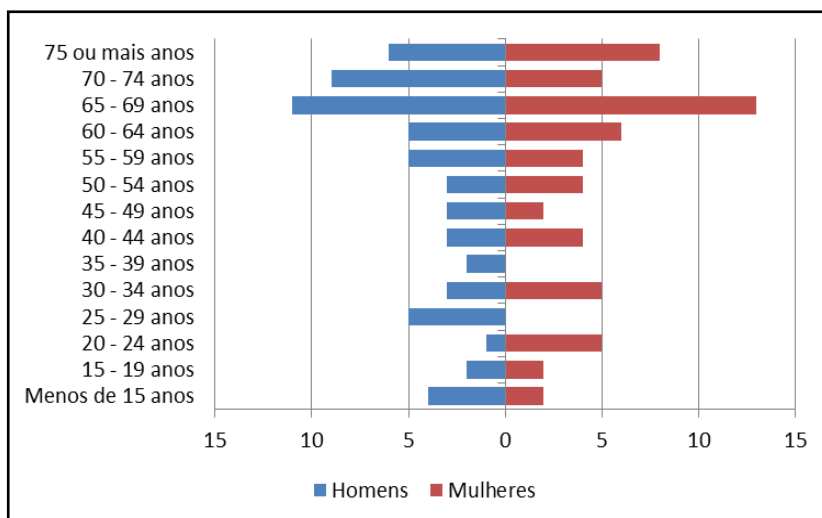
Aldeias anexas	Cabreira e Santa Justa
Distância à sede do concelho	7 km
Área da freguesia	50,8km ²
População residente	357 ha

Pirâmide etária das aldeias que compõem a união de freguesias

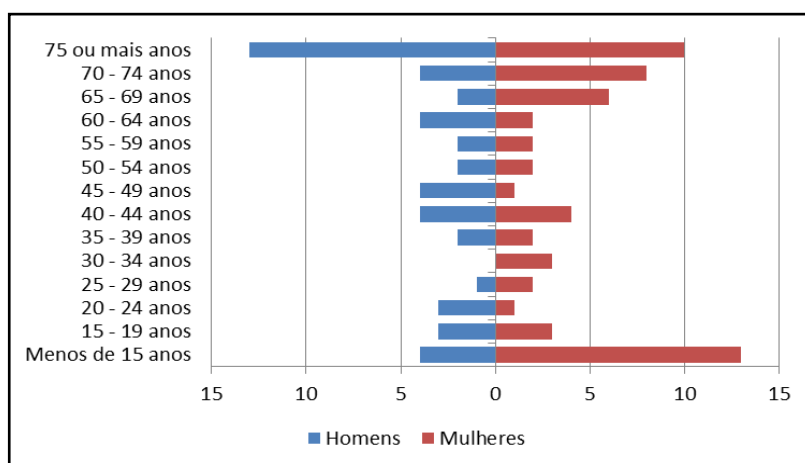
Eucísia e Santa Justa



Gouveia/ Cabreira



Valverde



Situações habitacionais indignas identificadas
EUCÍSIA E ALDEIA DE SANTA JUSTA

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
IDOSA – VIVE SÓZINHA	Proprietária	Casa muito antiga e em mau estado geral. Inadequação face às dificuldades de mobilidade da idosa. Muitas escadas. Casa sem conforto térmico. Só tem a lareira na cozinha- sala. Casa de banho no piso de baixo.	Insalubridade e insegurança

Casal + irmão + 2 filhos adultos	Proprietários	Casa que já sofreu anteriormente algumas obras, mas está inacabada. Não completaram a varanda, o muro e o telhado não tem isolamento. Por razões de segurança não abrem a porta de acesso principal à casa (risco de queda em altura superior a 3 metros).	Insalubridade e insegurança
Casal idosos e 2 filhos adultos	Proprietário	Habitação antiga e em mau estado. Improvisação dos baixos, pois 1 dos elementos está acamado. 1 dos filhos tem problemas de saúde mental.	Inadequação
Adulto – sozinho- com doença mental	Proprietário	Habitação em mau estado geral. Casa muito antiga a necessitar de obras de beneficiação. Comida é entregue pelos funcionários do lar.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso. Pensionistas	Proprietários	Casa em mau estado geral. Cozinha muito antiga e a necessitar de obras. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
1 adulto e companheira (meia idade).	Compraram a casa aos irmãos, mas não formalizaram o ato. Precisaram fazer o trato sucessivo do imóvel.	Casa em mau estado. Em especial o telhado. Há infiltrações de água nas paredes interiores. Ela é Cei + e o companheiro “anda às jeiras”. Têm situação económica instável.	Insalubridade e insegurança
Idosa –vive sozinha.	Proprietária	Telhado em mau estado. Não tem rendimentos. Os filhos ajudam.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso. Pensionistas.	Herança indivisa	Casa em mau estado e a necessitar de reparação do telhado. Casa com infiltrações. Marido tem doença oncológica há vários anos.	Insalubridade e insegurança

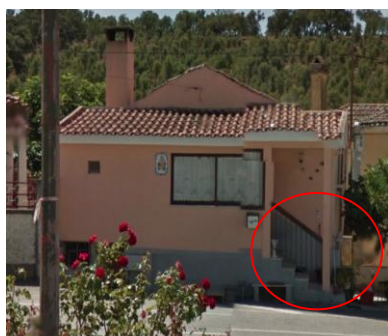
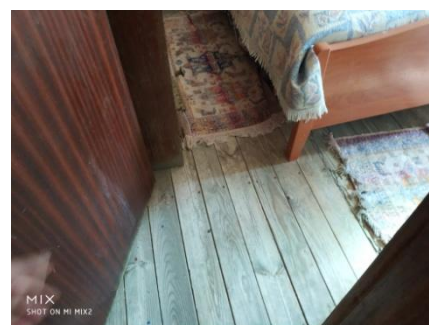
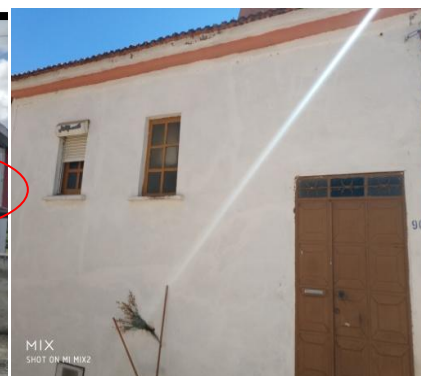
Idosa – vive sozinha. Pensionista.	Proprietária	Casa muito antiga e em mau estado. Casa de banho no piso 1 e fora da habitação. Não tem qualquer isolamento do telhado. Só tem uma lareira na cozinha.	Insalubridade e insegurança
Casal + 2 filhas adultas e uma menor.	Proprietários	Casa em muito mau estado. Insalubridade. Caso social já reportado.	Insalubridade e insegurança
Casal + 1 bebé	Arrendatários	Casa antiga sem condições de habitabilidade	Insalubridade e insegurança
Idoso + 1 filha deficiente	Proprietários	Casa antiga degradada	Insalubridade e insegurança
Casal idosos. Pensionistas	Proprietários	Casa antiga degradada	Insalubridade e insegurança
Idosa a viver sozinha	Proprietária	Casa com problemas de humidade	Insalubridade e insegurança

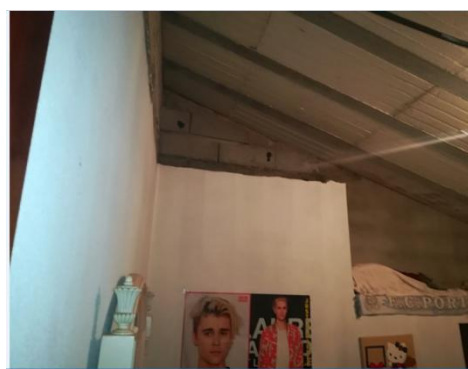
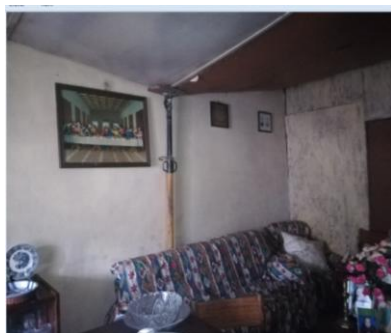
Aldeia da Cabreira e Aldeia da Gouveia

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Casal idosos. Pensionistas	Proprietários	Em mau estado geral. Necessita obras de beneficiação na cozinha, telhado e casa e banho.	Insalubridade e insegurança
Casal- idosos. Pensionistas	Proprietários	Em mau estado geral. Necessita obras de beneficiação na cozinha, telhado e casa e banho.	Insalubridade e insegurança
Casal e 3 filhas maiores.	Proprietários	Em mau estado geral. Necessita finalizar obras de isolamento dos telhados e acabamento das paredes. Só têm lareira.	Insalubridade e insegurança
1 idosa com 2 filhos maiores	Proprietária	Telhado em mau estado e necessita de reparar a cozinha.	Insalubridade e insegurança
Casal+ Filho	Proprietário	Mau estado geral	Insalubridade e insegurança

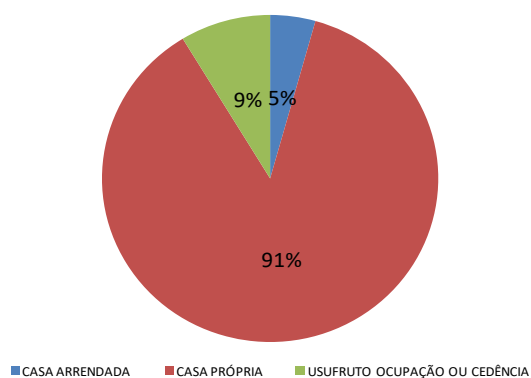
Aldeia de Valverde

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Adulto que vive em parte de casa.	Cedência de parte da casa.	A parte onde habita está em cimento. Não tem qualquer isolamento.	Insalubridade e insegurança
Casal+ filho maior	Arrendamento	Casa em mau estado de conservação. Sobrelotação.	Sobrelotação
Mãe solteira+ 1 criança	Cedência de parte da casa	Casa em mau estado de conservação. Sobrelotação	Sobrelotação
Mãe com 3 filhas (2 filhas são menores).	Usufruto – herança indivisa	Casa em mau estado. Precisa ser pintada e isolada por fora.	Insalubridade e insegurança

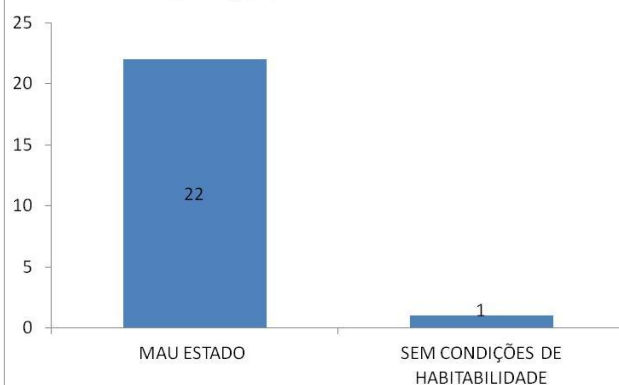




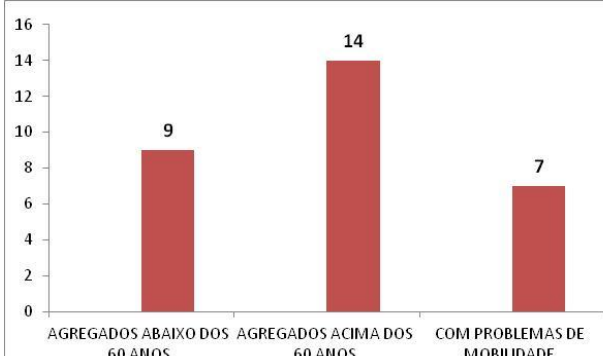
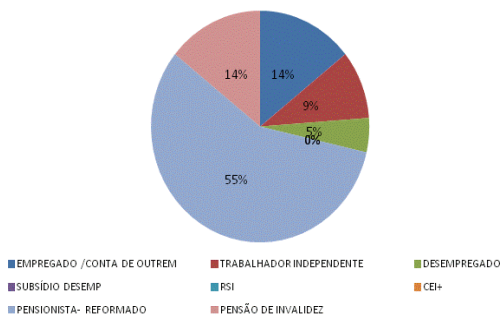
TITULARIDADE DA HABITAÇÃO

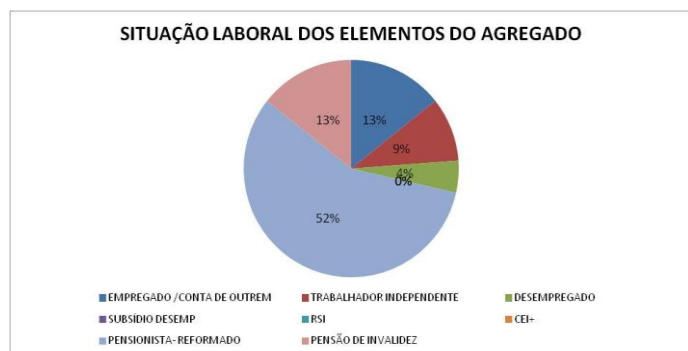


CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE



SITUAÇÃO LABORAL DOS ELEMENTOS DO AGREGADO





Algumas conclusões com relevância para o estudo em curso:

- Atualmente há 23 situações a enquadráveis no programa do 1º direito.
- 20 agregados vivem em casa própria. Identificámos 2 casos de cedência de parte da casa e apenas 1 caso vive em casa arrendada, tem problemas de mobilidade e, portanto, a casa é inadequada para o tipo de deficiência.
- Há, no total, 7 casos identificados, onde elementos do agregado têm problemas de mobilidade e, por isso a habitação é inadequada.
- 22 habitações estão em mau estado e apenas 1 delas não tem condições de habitabilidade
- Maioria dos membros dos agregados têm mais de 60 anos, o que concorre para uma tendência de envelhecimento em linha com os dados globais da pirâmide etária destas aldeias da União de freguesias.
- A maioria dos elementos do agregado são pensionistas.
- 100% dos casos têm baixos rendimentos e podem inserir-se em situação de carência económica.

2.1.9. União das Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

Breve historial

FERRADOSA



O topónimo Ferradosa deriva de ferraginal, significando terra semeada de ferrã (centeio ou cevada). Picões, localidade anexa situada a cerca de cinco quilómetros de Ferradosa foi, outrora, freguesia independente.

Crivada das formas caprichosas dos zimbros, onde se dão bem a oliveira, a amendoeira, os sobreiros e os pinheiros, a localidade ainda tem nestas culturas a sua principal fonte de rendimento.

Nos finais do século XIX, mais concretamente entre 1895 e 1898, pertenceu ao concelho de Torre de Moncorvo, devido à supressão de Alfândega da Fé como concelho. Findo este período, voltou a estar incluído no território

inicial. No passado, a travessia para o vizinho concelho de Torre de Moncorvo era feita recorrendo a uma barca localizada nas margens do rio junto à extinta povoação de Silhades.

SENDIM DA SERRA



57

Sendim da Serra é uma aldeia onde o antigo e o moderno quase não se misturam. A parte antiga da freguesia rodeia a Igreja Matriz, a parte moderna encontra-se logo à entrada do lado direito da estrada de acesso. A Freguesia de Sendim da Serra estende-se por toda a serra da Gouveia, facto que terá estado na origem do “da Serra” no seu nome. Por outro lado, e tendo em conta que o toponímico Sendim é bastante comum em Trás-os-Montes, pode-se afirmar que este deriva do nome germânico “Sandini”, que terá dado o nome à freguesia.

Só a partir de 1902 é que Sendim da Serra passou a fazer parte do concelho de Alfândega da Fé. Primeiramente, integrou a comarca de Moncorvo (1839), em 1852 pertencia a Chacim e em 1874 novamente a Moncorvo.

A cerca de três quilómetros de Sendim da Serra, para leste, deparamos com a capela dedicada a Nossa Senhora de Jerusalém. Esta capela recebe anualmente uma romaria muito concorrida.

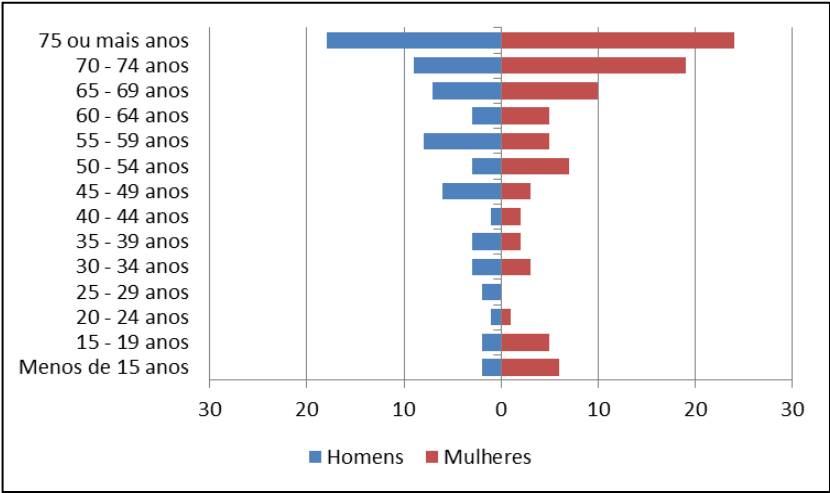
O sector primário ocupa a grande maioria dos habitantes da freguesia de Sendim da Serra. A agricultura, com carácter de subsistência, é dominada pelas culturas do azeite, da amêndoa, da batata e dos produtos hortícolas.

Descrição da Freguesia

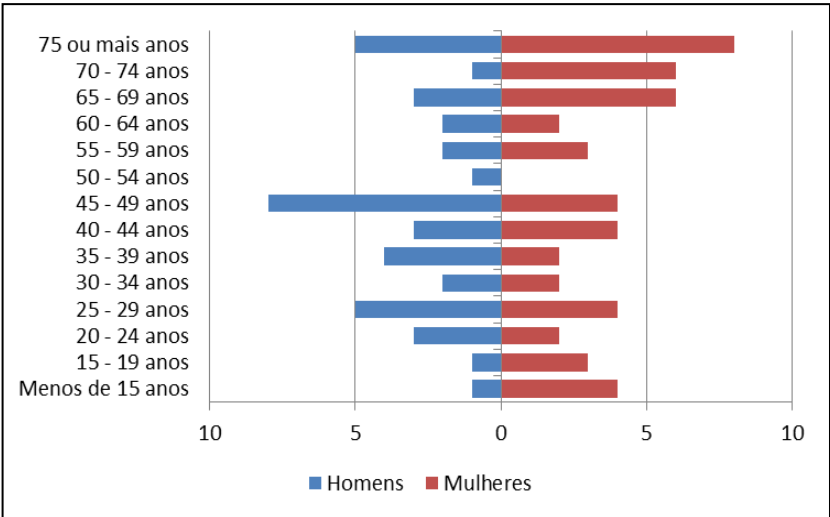
Aldeias anexas	Picões
Distância à sede do concelho	11km
Área da freguesia	27,06 km ²
População residente	251habitantes (censos 2011)

Pirâmide etária

FERRADOSA



SENDIM DA SERRA



Situações habitacionais indignas identificadas

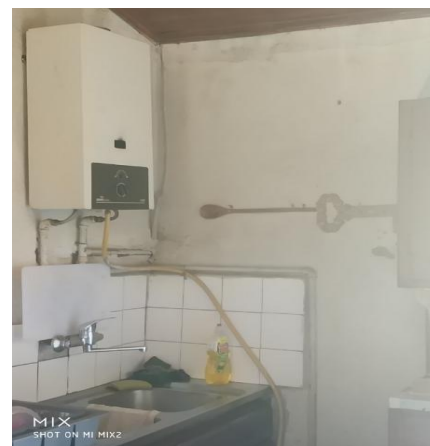
Aldeia da Ferradosa

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Adulto que vive sozinho.	Herança indivisa	Desempregado. Casa muito antiga. Tem infiltrações vidros partidos e precisa de algumas obras para se tornar mais confortável. A instalação elétrica com problemas.	Insalubridade e insegurança
2 idosos	Proprietário	Casa antiga com problemas de humidade	Insalubridade e insegurança
4 adultos	Proprietário	Casa antiga, com problemas de humidade	Insalubridade e insegurança
Adulto Sozinho	Proprietário	Casa que necessita de obras de intervenção profundas	Insalubridade e insegurança

59

Aldeia de Sendim da Serra

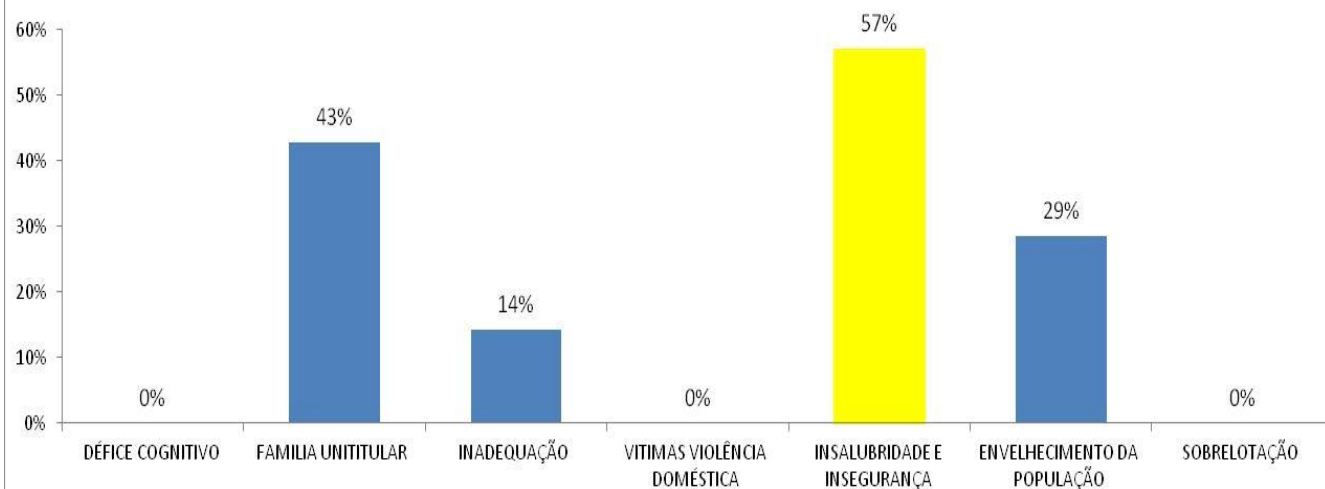
Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
ADULTO-vive sozinho. Pastor	Cedência- ocupação.	Sem condições de habitabilidade. Sem casa de banho.	Insalubridade e insegurança
Adulto –vive sozinho. Desempregado	Proprietário	Casa muito antiga e em mau estado. Muita humidade.	Insalubridade e insegurança
3 ADULTOS – irmãos	Proprietários	Habitação antiga e a precisar de obras e acabamento do pavimento. Têm problemas de isolamento e humidades. São pastores a trabalhar para outros, mas não têm rendimentos fixos.	Insalubridade e insegurança

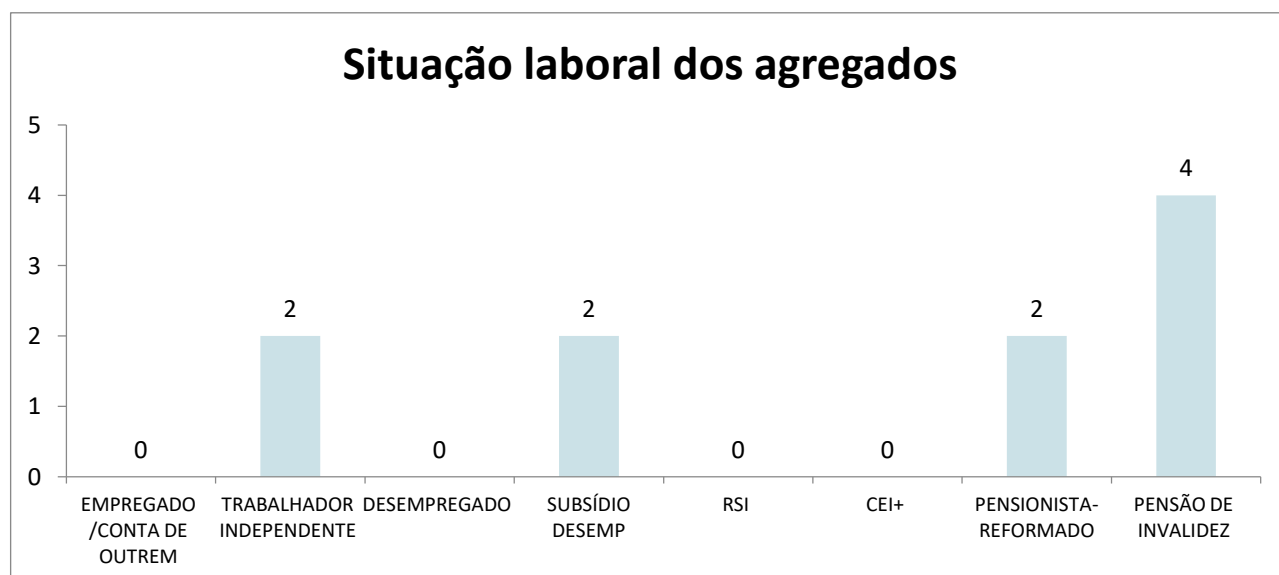
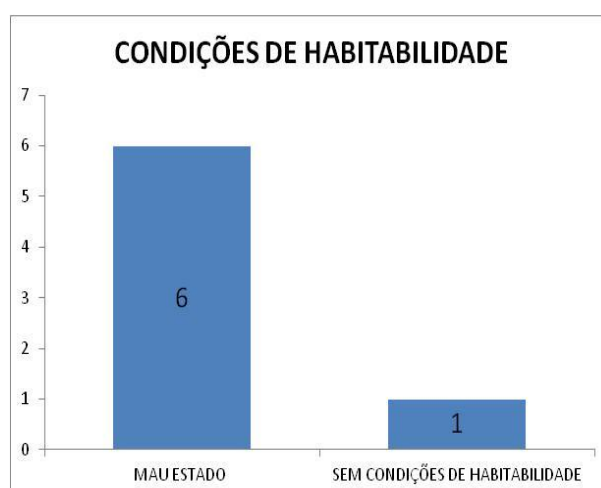
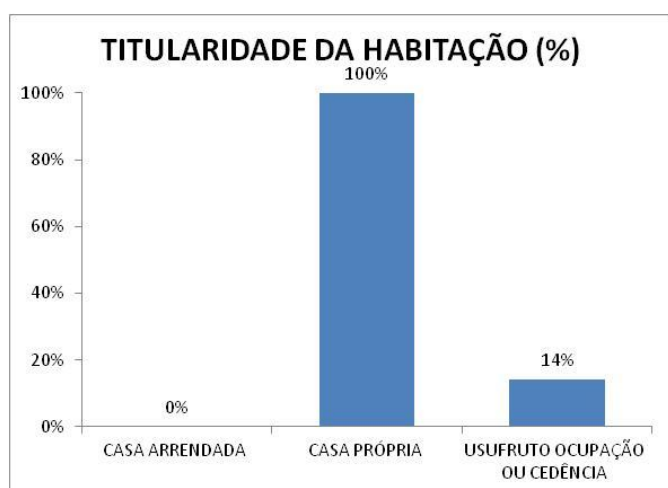


60



CONCLUSÕES SOBRE O AGREGADO EM %





Algumas conclusões com relevância para o estudo em curso:

- Atualmente há 7 situações enquadráveis no programa do 1º direito.
- 5 agregados vivem em casa própria. Identificámos 1 caso de cedência e apenas 1 caso vive em casa arrendada.
- 6 habitações estão em mau estado e apenas 1 delas não tem condições de habitabilidade
- Maioria dos membros dos agregados têm mais de 60 anos, o que concorre para uma tendência de envelhecimento em linha com os dados globais da pirâmide etária destas aldeias da União de freguesias.
- A maioria dos elementos do agregado são pensionistas.
- 100% dos casos têm baixos rendimentos e podem inserir-se em situação de carência económica.

2.1.10. União das Freguesias de Gebelim e Soeima

Breve historial

GEBELIM



A aldeia de Gebelim situa-se nas faldas da Serra de Bornes encravada entre montes. O próprio toponímico da localidade está associado à sua situação geográfica e morfológica. Segundo Pinho Leal, Gebelim é uma palavra de origem árabe, resultante da corrupção da palavra "Jabalain", que significa "dois montes". Não sendo de estranhar esta origem, embora não se possa comprovar, é certo que por ali existem muitos topónimos e referências aos mouros, como a fraga dos mouros, onde existem pequenas cavernas. Notável, igualmente, é o facto de antigamente se ter explorado cal nesta freguesia, referindo João Vilares que ali existiram cinquenta fornos; de qualquer forma, não deixa de ser importante constatar a existência de calcário a cerca de mil metros de altitude. Hoje, a aldeia ainda continua a encontrar nas terras da Serra de Bornes o seu principal sustento. O ponto mais interessante da freguesia é mesmo o local onde se situa a capela e o santuário de S. Bernardino, construído em 1743.

SOEIMA



Povoação voltada a nascente, espraia-se pela encosta da antiga Serra de Monte Mel, cuja atual designação de Bornes é muito menos saborosa. Aldeia alcandorada perto dos mil metros de altitude, o povo tem uma urbanização em escadario dividida transversalmente pela estrada municipal.

A castanha é um dos principais produtos agrícolas da aldeia e ordena a paisagem nos campos à volta. A rigidez do clima no inverno cobre os soutos e a floresta com um manto branco de neve. Ao longo da ribeira do Rabo do Burro, aqui adornada de freixos, podemos ver, ainda hoje, as ruínas de vários moinhos de água, sendo que cinco formam um interessante conjunto arquitectónico.

O toponímico Soeima é de origem árabe, derivando do nome Zoleiman, que era muito usado na época da ocupação árabe. Desta forma, a fundação da atual freguesia remonta a esse período.

No século XIII, Soeima era pertença de D. Nuno Martins, nobre muito rico da região.

Durante o período de Guerra Civil (1832-1834), entre Liberais e Absolutistas, Soeima foi palco de violentos confrontos entre os miguelistas, em grande número na freguesia, e os partidários de D. Pedro.

Até ao ano de 1855, esta freguesia integrou o concelho de Chacim e, depois, o de Macedo de Cavaleiros, tendo, finalmente, passado a pertencer ao de Alfândega da Fé.

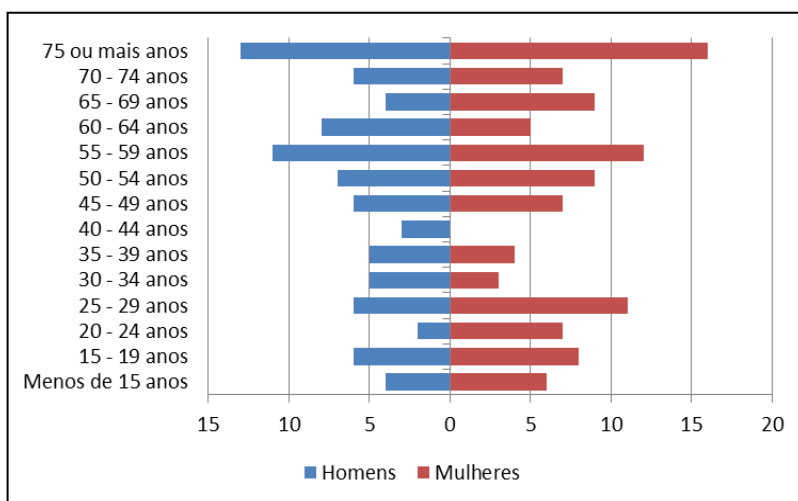
Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Soeima
Distância à sede do concelho	19km
Área da freguesia	30,60km ²
População	250habitantes (censos 2011)

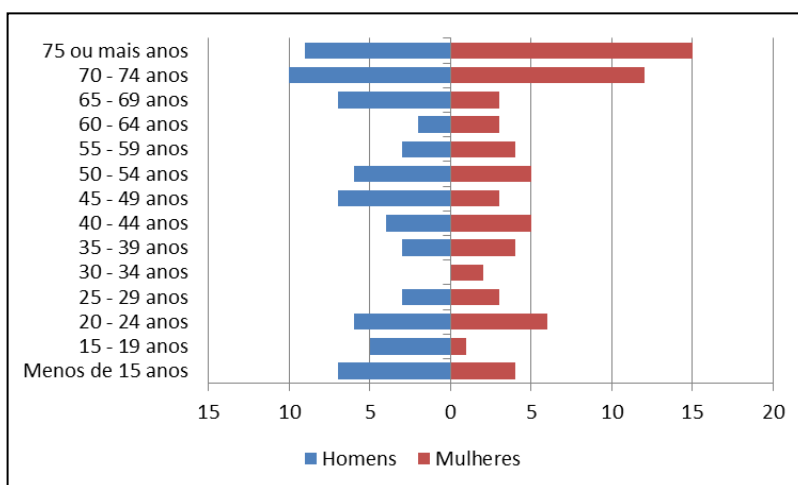
63

Pirâmide etária

GEBELIM



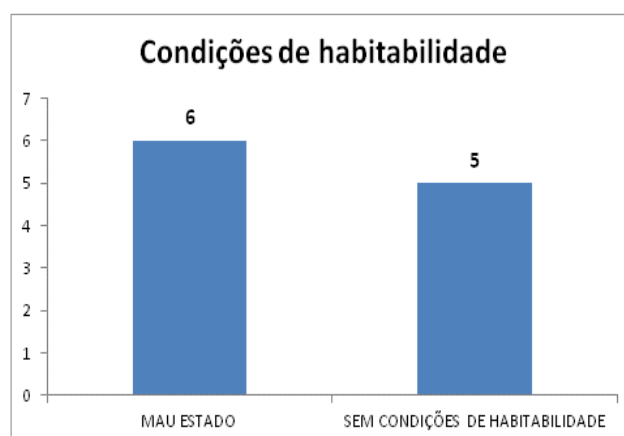
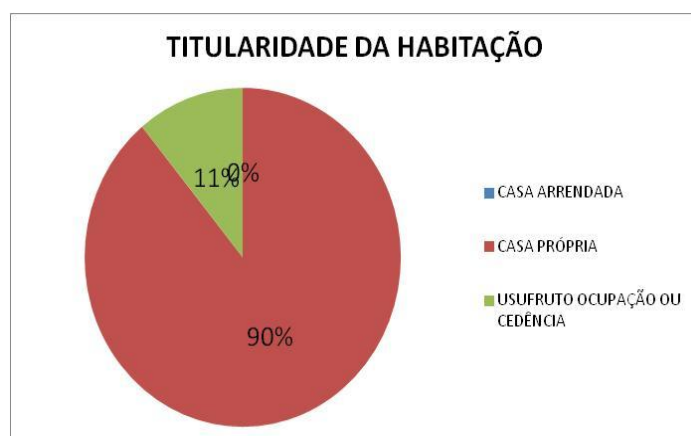
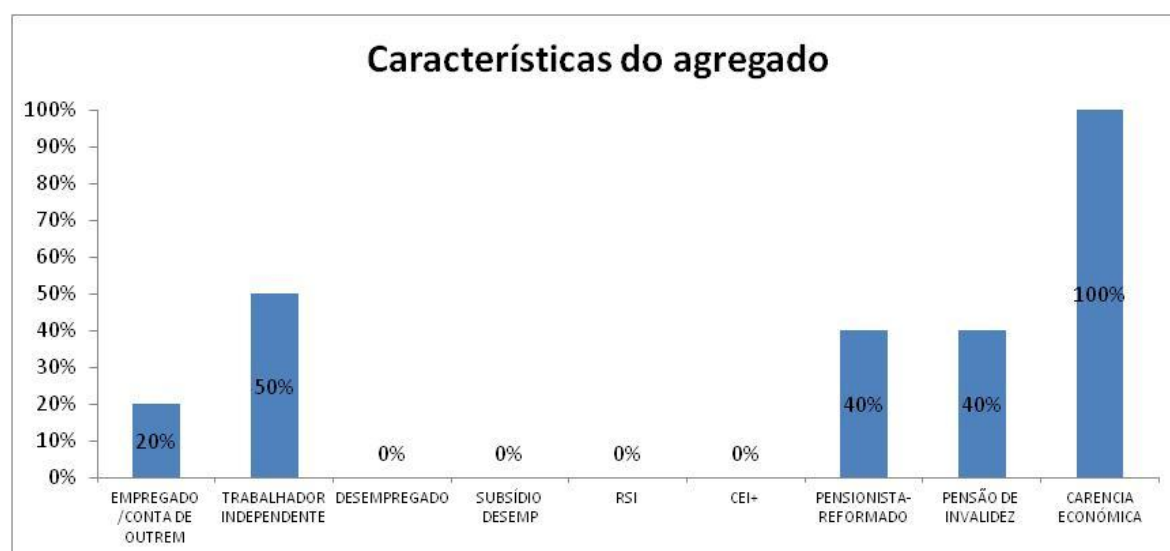
SOEIMA

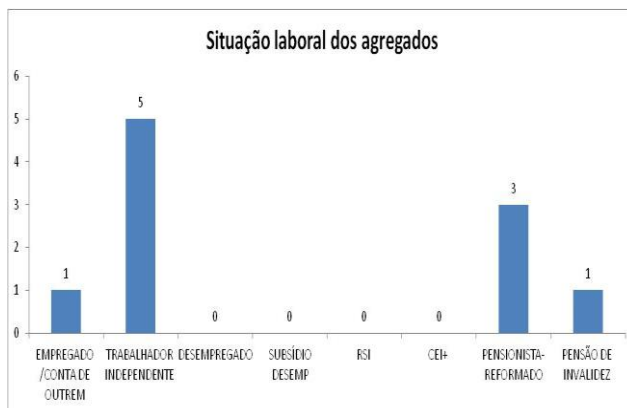
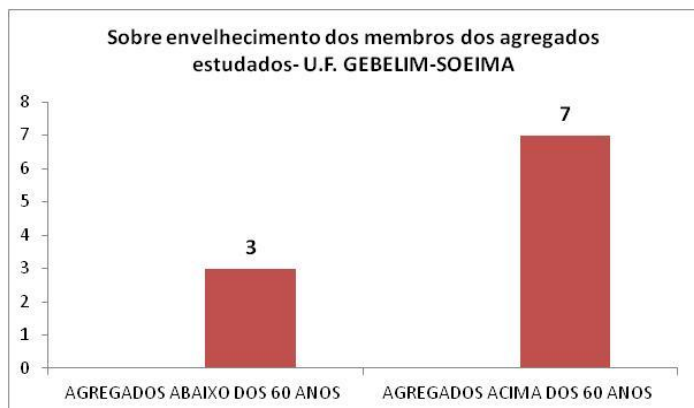


Situações habitacionais indignas identificadas – Gebelim-Soeima

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Casal Jovem+1 Criança.	Proprietário	Casa sem condições de habitabilidade. Soalho a ruir. Muita humidade nas paredes. Não tem porta entre o quarto dos adultos e o da criança	Insalubridade e insegurança
Casal. Marido pensionista Mulher trabalha como auxiliar de ação educativa.	Proprietário	Sem condições de habitabilidade. Fendas nas paredes onde se consegue ver a rua. Paredes em risco de ruir. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Casal+ 2 filhos adultos.	Proprietários	Casa em mau estado. Inadequação. Mãe tem acentuados problemas de mobilidade devido a um AVC. Anda com andarilho.	Inadequação
Adulto. Vive sozinho. Pensão de invalidez	Herança indivisa.	Habitação em mau estado. Insalubridade. Paredes com fendas. Soalho muito degradado. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso. Pensionista	Herança indivisa. Cedência de uso da habitação por parte dos irmãos	Casa em mau estado. Muito antiga. Este casal foi imigrante. Regressou para casa que era dos pais, partilhando com irmão a casa. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Adulto. Vive sozinho.	Proprietário	Casa em mau estado. Muito antiga. Soalho em madeira muito degradado. Telhado degradado. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Idoso+ filha adulta com deficiência mental.	Proprietário	Casa em mau estado. Telhado em mau estado. Deixa entrar água. Muita	Insalubridade e insegurança

		humidade nos quartos. Insalubridade.	
Idosa. Vive sozinha	Proprietária	Casa em mau estado. Insegurança da construção. A parte de trás da casa já ruiu.	Insalubridade e insegurança
Casal idoso. Pensionistas	Proprietários	Casa em mau estado. Telhado em mau estado.	Insalubridade e insegurança
Idosa. Vive com 2 filhos adultos.	Proprietária	Telhado em mau estado.	Insalubridade e insegurança





Algumas conclusões com relevância para o estudo em curso:

- Atualmente há 10 situações enquadráveis no programa do 1º direito.
- 9 agregados vivem em casa própria. Identificámos 1 caso de cedência e nenhum destes agregados vive em casa arrendada.
- 6 habitações estão em mau estado e 5 não tem condições de habitabilidade
- Maioria dos membros dos agregados têm mais de 60 anos, o que concorre para uma tendência de envelhecimento em linha com os dados globais da pirâmide etária destas aldeias da União de freguesias.
- A maioria dos elementos do agregado são pensionistas.

- 100% dos casos têm baixos rendimentos e podem inserir-se em situação de carência económica.

2.1.11. União das Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

Breve historial

PARADA



67

A localidade ter-se-á desenvolvido a partir do início do séc. XVI, facto atestado pelos dados do primeiro recenseamento da comarca de “Tralos Montes” (1530), que identifica 4 moradores nesta povoação. De acordo com a tradição popular o topónimo Parada está relacionado com o facto de os habitantes de Santo Antão e das outras quintas que por ali havia, fazerem uma “parada” no local onde hoje se encontra a povoação para ir à missa a Castro Vicente.

No entanto há também quem defenda que o Topónimo está relacionado com o foro de parada, ou seja, com a obrigatoriedade de a população dar uma refeição aos seus senhores. Só a partir do séc. XVII é que a localidade teria condições para garantir o foro aos Távoras, senhores destas paragens, cuja influência no país se extinguiu em 1759.

Porém, a existência na área da Freguesia de povoados fortificados como o Castro/Castelo da Marruça e posteriormente o Santo Antão da Barca, deixa antever que o povoamento nesta zona é muito mais antigo do que os primeiros registos existentes.

A principal riqueza da freguesia é a agricultura, sendo a amêndoa a sua base graças à variedade de grande qualidade aí produzida e que toma o nome de "refego" "repego" ou "parada". Mas para além da amêndoa produz-se azeite e vinho, sendo este considerado um dos melhores do concelho. Também a pastorícia permite o fabrico de excelentes queijos de cabra e de ovelha.

Na igreja existe uma cruz processional e uma custódia de prata feitas em Guimarães em finais do séc. XVIII, que segundo a tradição popular foi enterrada pela população para não ser roubada pelos franceses aquando das invasões.

SENDIM DA RIBEIRA



68

Situada no vale da ribeira de Zacarias, o nome desta freguesia está relacionado com a sua situação geográfica. Por sua vez o toponímico Sendim tem origem germânica e bastante comum na região transmontana. Sendim, provém de “sandini”, nome próprio muito vulgar por volta dos séculos V e VI. “Sandini” terá sido um indivíduo poderoso da época, proprietário destas terras, as quais terá baptizado com o seu próprio nome.

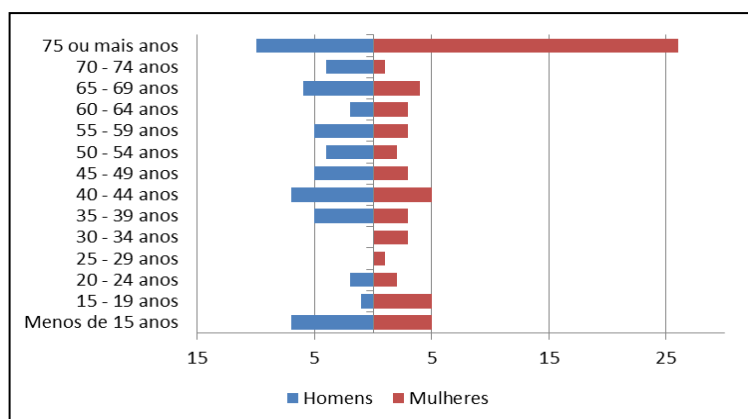
Até 31 de Dezembro de 1853, a freguesia de Sendim da Ribeira pertenceu a Chacim, altura em que passou a integrar-se no concelho de Alfândega da Fé. A freguesia de Sendim da Ribeira é detentora dum rico património do qual sobressaem as suas capelas e as diversas alminhas. A aldeia de Sardão que se destaca pelo seu casario antigo, praticamente impoluto de construções recentes convida a uma visita.

As gentes de Sendim da Ribeira orgulham-se da qualidade do seu azeite, sendo esta uma das principais produções da freguesia.

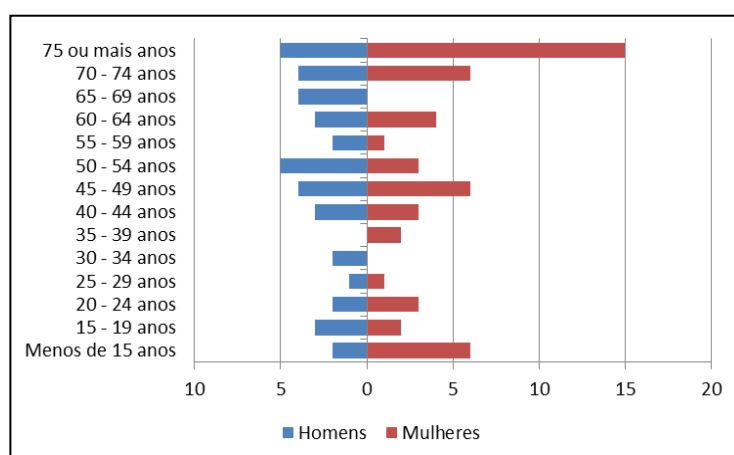
Descrição da Freguesia

Aldeias anexas	Sardão
Distância à sede do concelho	14 km
Área da freguesia	25,04km ²
População	216 habitantes (censos 2011)

Pirâmide etária - PARADA



SENDIM DA RIBEIRA



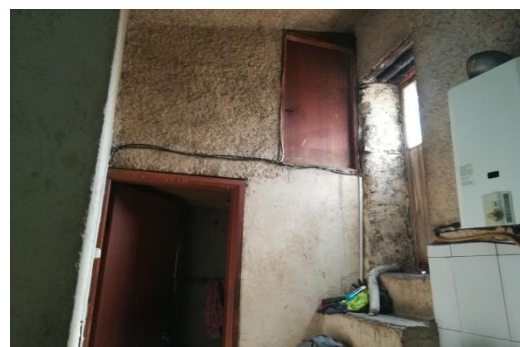
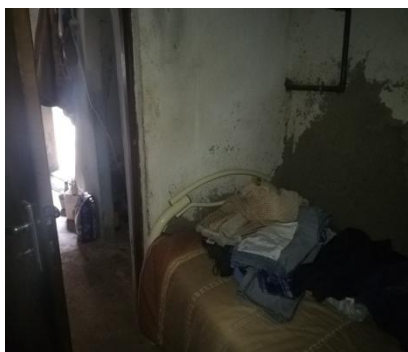
Situações habitacionais indignas identificadas

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
Casal de idosos+ filha+ 2 netos	Proprietários	Sobrelotação. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Sobrelotação
Casal idoso	Arrendatários	Casa em mau estado. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Casal jovem+ 1 filho e 1 filha (ambos menores).	Arrendatários	Casa em mau estado. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
Adulto. Vive sozinho.	Proprietário	Em mau estado geral. Telhado muito degradado. Só tem lareira como sistema de aquecimento.	Insalubridade e insegurança
IDOSA- Vive atualmente com uma filha (adulta). Pensionista e CSI	Proprietária	Telhado muito degradado. Infiltrações no interior da casa. A parte exterior da casa está ainda em cimento.	Insalubridade e insegurança

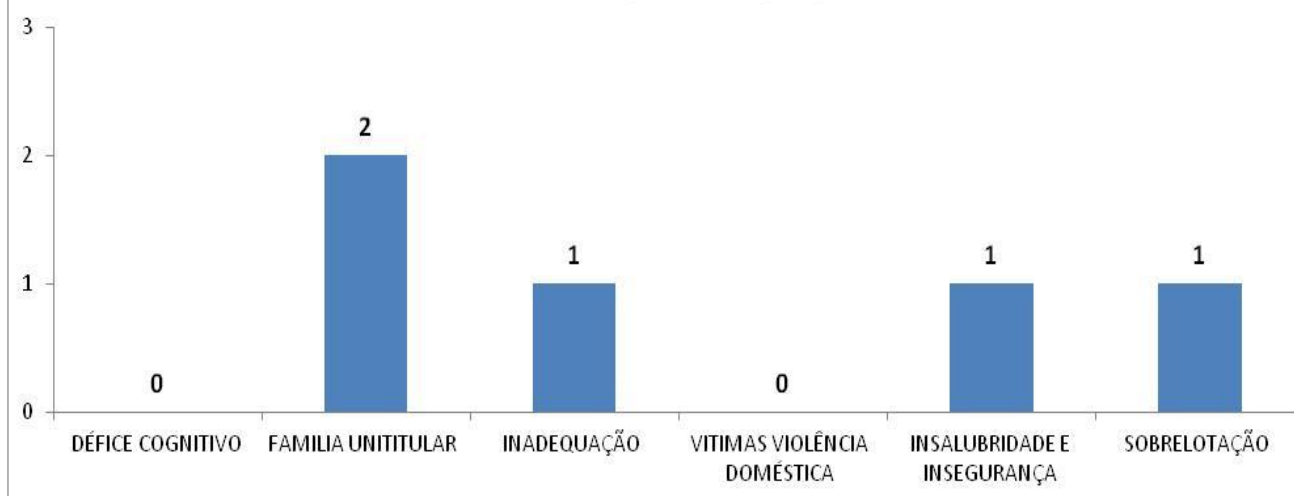
Só tem lareira como
sistema de aquecimento.



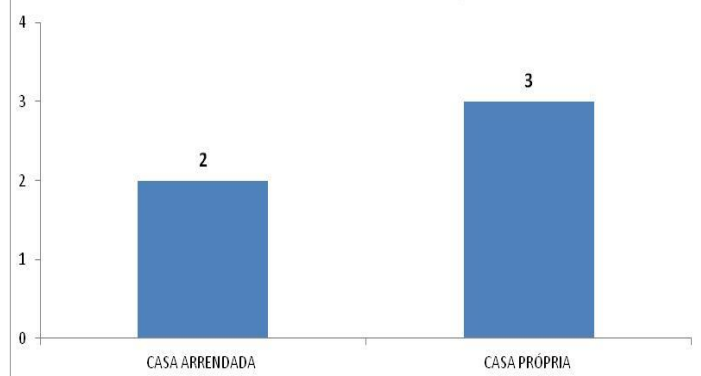
70



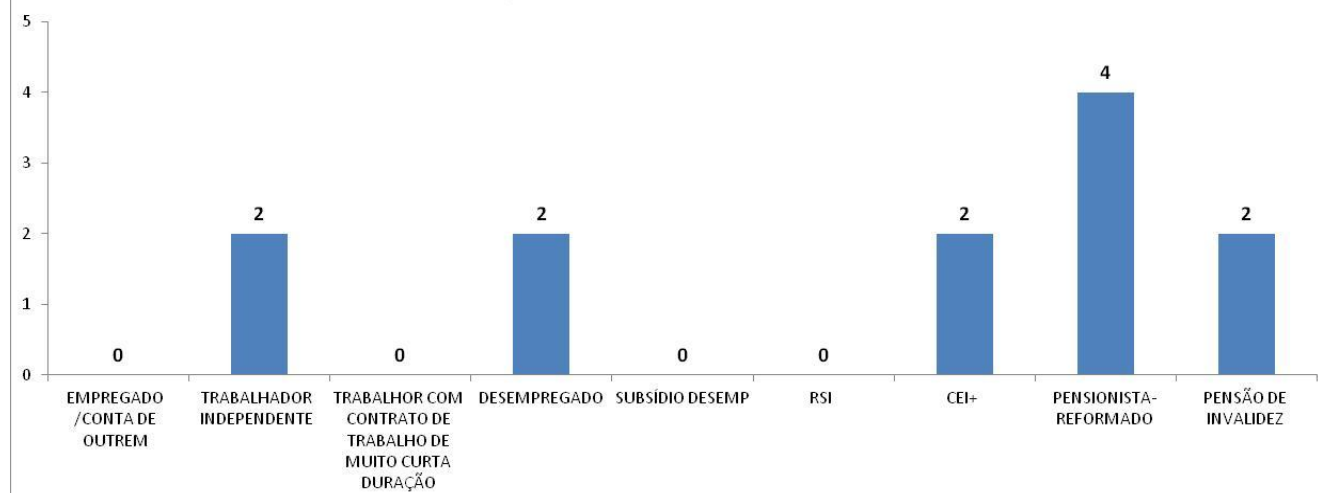
Caracterização do agregado



Titularidade da habitação



SITUAÇÃO LABORAL DOS AGREGADOS



Algumas conclusões com relevância para o estudo em curso:

- Atualmente há 5 situações enquadráveis no programa do 1º direito.
- 3 agregados vivem em casa própria e 2 agregados vivem em casa arrendada.
- 5 das habitações estão em mau estado e nenhuma sem condições de habitabilidade
- Há 1 situação identificada de falta de adequação da casa, face à condição atual de falta de mobilidade de elementos do agregado.
- Maioria dos membros dos agregados estudados tem mais de 60 anos, o que concorre para uma tendência de envelhecimento em linha com os dados globais da pirâmide etária destas aldeias da União de freguesias.
- 100% dos casos têm baixos rendimentos e podem inserir-se em situação de carência económica.

2.1.12. União das Freguesias de Pombal e Vales

Breve historial

POMBAL



Localizada na vertente sul da Serra de Bornes, encravada entre montanhas, rodeada de estradas sinuosas e voltada para o Vale da Vilariça, de ruas estreitas com declives acentuados, com alminhas transformadas em modernos nichos e um lavadouro público com painéis de azulejos, a aldeia do Pombal encaminha o viajante para a conversa demorada na tarde calma. Os campos à volta respiram tranquilidade e trabalho. Esta freguesia possuiu um clima bastante quente e com amplitudes térmicas muito inferiores à média do concelho, produzindo-se ali boas hortaliças, azeite, figos e bastante cortiça.

Nas proximidades, entre esta localidade e a de Vales, encontram-se as ruínas de uma aldeia conhecida por “Vale das Cordas”. A tradição explica que foi a partir desta localidade que surgiu a atual aldeia de Vales, mas pode igualmente levantar-se a hipótese de o povoamento da zona ser ter desenvolvido do castro para esta povoação extinta e depois esta ter dado origem às duas que lhe ficam vizinhas.

VALES



Localizada na encosta sul da Serra de Bornes, o nome desta localidade advém da sua localização geográfica, entre vales delimitados por dois cursos de água. Do ponto mais alto da povoação obtém-se uma excelente panorâmica do Vale da Vilariça. Constituída por um casario airoso, rodeado de belos soutos e lameiros a agricultura encontra na castanha e floresta as suas principais produções. Aldeia de gente acolhedora e cheia de orgulho na sua igreja matriz de meados do século XVIII.

A povoação pertenceu ao couto de Sambade antes de se assumir como sede de freguesia. Só no séc. XIV é que aparecem os primeiros documentos desta freguesia, no entanto achados arqueológicos, comprovam que a sua formação é muito mais remota.

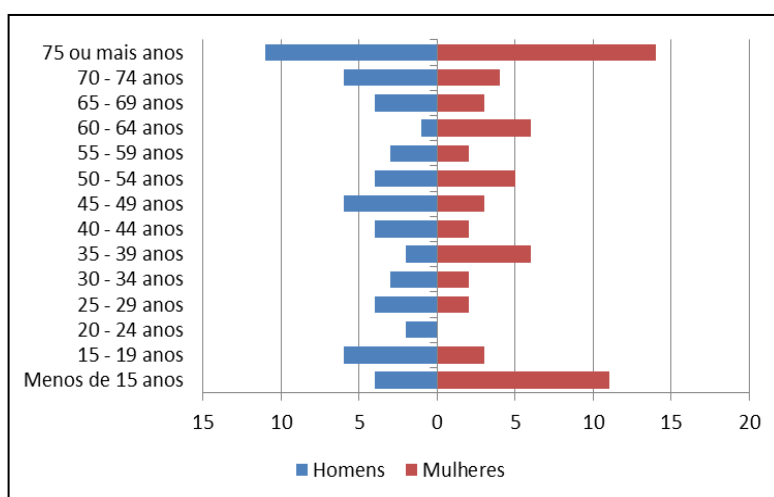
Descrição da União de Freguesias

Ideias anexas	Não tem
Distância à sede do concelho	14 km
Área da freguesia	15,19km ²
População	201habitantes (censos 2011)

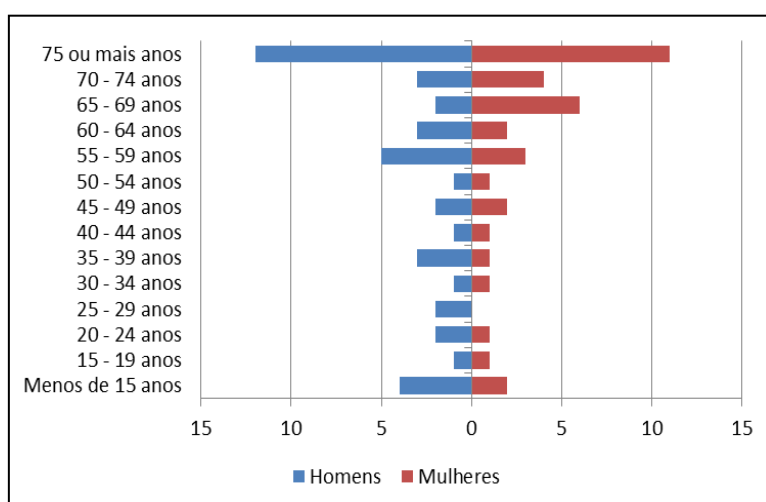
74

Pirâmide etária

POMBAL



VALES



Situações habitacionais indignas identificadas

Após contacto com o presidente da União de Freguesias Pombal e Vales constatou-se que nesta última há a referir o envelhecimento da população em geral, mas no presente, não nos foi identificada nenhuma habitação ou agregado para efeitos de integração específica no programa 1º direito.

De qualquer forma, sugere-se que no âmbito das medidas englobadas na estratégia global de habitação, possam ser objeto de medidas concretas adaptadas às preocupações gerais de inclusão intergeracional, combate ao isolamento, acessibilidades, que têm feito parte da gestão municipal.

75

Já quanto à aldeia de Pombal foram identificadas várias situações que a seguir se caracterizam.

Caraterização do agregado	Situação face à titularidade da habitação	Situações de indignidade detetadas	Correspondência com conceito do artº 5º do dl nº 37/2018
1 Adulto	Proprietária	Habitação em mau estado geral. Muita humidade.	Insalubridade e insegurança
2 adultos e uma criança	Usufrutuários	Sobrelotação	Sobrelotação
Casal + 4 filhas e um genro (2 das filhas são menores)	Proprietário	Sobrelotação e mau estado geral da habitação.	Sobrelotação
2 adultos e dois filhos menores	Arrendatários	Sem condições de habitabilidade	Insalubridade e insegurança
Idosa- vive sozinha	Proprietária	Mau estado geral da habitação. Telhado degradado. Escadas precisam de reparação. Problemas de inadequação da casa à falta de mobilidade	Inadequação
Casal idoso	Proprietários	Inadequação da casa à situação de saúde em que se encontra a senhora-Parkinson.	Sobrelotação
Casal idoso	Proprietários	Mau estado do telhado. Infiltrações.	Insalubridade e insegurança
Casal com 2 filhos (maiores)	Proprietários	Mau estado do telhado.	Insalubridade e insegurança
Adulto sozinho. Desempregado	Proprietário	Mau estado do telhado. Infiltrações. Necessita de cozinha.	Insalubridade e insegurança



2.2. Tabela síntese de todas as situações habitacionais identificadas

Nome da freguesia ou união de freguesias	Nº de situações habitacionais indignas
Freguesia de Alfândega da Fé	50
Freguesia dos Cerejais	1
Freguesia de Sambade	12
Freguesia de Vilar Chão	0
Freguesia de Vilarelhos	8
Freguesia de Vilares da Vilariça	1
União de freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	14
União de freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	23
União de freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	7
União de freguesias de Gebelim e Soeima	10
União de freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	5
União de freguesias de Pombal e Vales	9
Total de situações habitacionais indignas	140

PARTE III

3.1. Conclusões

A metodologia desenvolvida permitiu-nos:

1. identificar as situações habitacionais indignas
2. atualizar informação relativamente à situação económica e laboral
3. completar dados do diagnóstico social em curso no município
4. constatar necessidades e interligação com outras entidades como a CPCJ, segurança social, entre outros.
5. registar as necessidades de reforçar medidas de apoio complementares relacionados com os dados de saúde da população abrangida.

O presente levantamento é suficientemente abrangente para se poder trabalhar medidas diversas ao nível da estratégia de habitação e do desenvolvimento local de cada comunidade visitada.

A abordagem utilizada pelos técnicos possibilitou um esclarecimento adequado sobre o programa e medidas a tomar pelo município relativamente ao mesmo, de forma clara e objetiva.
E nesta perspetiva revelou-se muito eficaz.

Os dados recolhidos (registos fotográficos, entrevistas, análise documental sobre os agregados), estão devidamente preservados, no serviço social do Município e houve uma total concordância e abertura para a realização de cada trabalho. Nenhuma visita técnica foi rejeitada pelos cidadãos, denotando-se um elevado grau de confiança com os elementos da equipa.

No que respeita à titularidade dos imóveis identificados, a maioria são proprietários, e alguns casos comproprietários (pois há vários casos em que as habitações ainda não estão em nome dos ocupantes).
As casas são resultantes de heranças, têm mais de 40 anos e algumas mais de 100.

Em número mais reduzido, identificámos situações de arrendamento privado e arrendamento em habitação social.

As situações de arrendamento privado, estão essencialmente ocupadas por grupos de imigrantes (principalmente de nacionalidade búlgara), onde detetámos situações de sobrelotação e falta de condições de habitabilidade, não só devidos a esta causa, mas também devido a elevado estado de degradação das habitações.

As características das casas em geral são moradias, tipologia T1 ou T2, construídas em altura, com áreas reduzidas, sendo vulgar a seguinte forma de ocupação:

Os baixos, ou também denominados lojas, estão atualmente destinados a arrumações, principalmente de material agrícola e sem condições de habitabilidade.

Piso 1 acedido por escadas, onde na maioria dos casos habitam.

Nalguns casos as habitações têm um piso 2, também acedido por escadas onde podem existir quartos.

Identificámos uma situação de uma família monoparental (mãe e filho maior), ambos com deficiência, a viverem em barraca. No entanto, têm eletricidade, água, mas não têm casa de banho. A barraca está construída em propriedade privada.

Constatámos e registámos vários casos onde as habitações não têm condições de assegurar a mobilidade segura e digna quer porque os ocupantes são muito idosos ou doentes e não conseguem deslocar-se ou subir tantas escadas.

Há pessoas que não podem utilizar as casas de banho, ou porque estão fora de casa, ou porque não estão preparadas para o seu estado de saúde. Têm banheiras, em vez de “polibain”, não têm corrimão de apoio à sanita ou ao lavatório, ou porque não têm espaço para cadeira de rodas. Há casos identificados onde vivem sem casa de banho.

Na esmagadora maioria dos casos identificados as **casas são muito frias, com muita humidade, onde chove em quase todas as assoalhadas** e o quase único meio de climatização são as tradicionais lareiras com lenha.

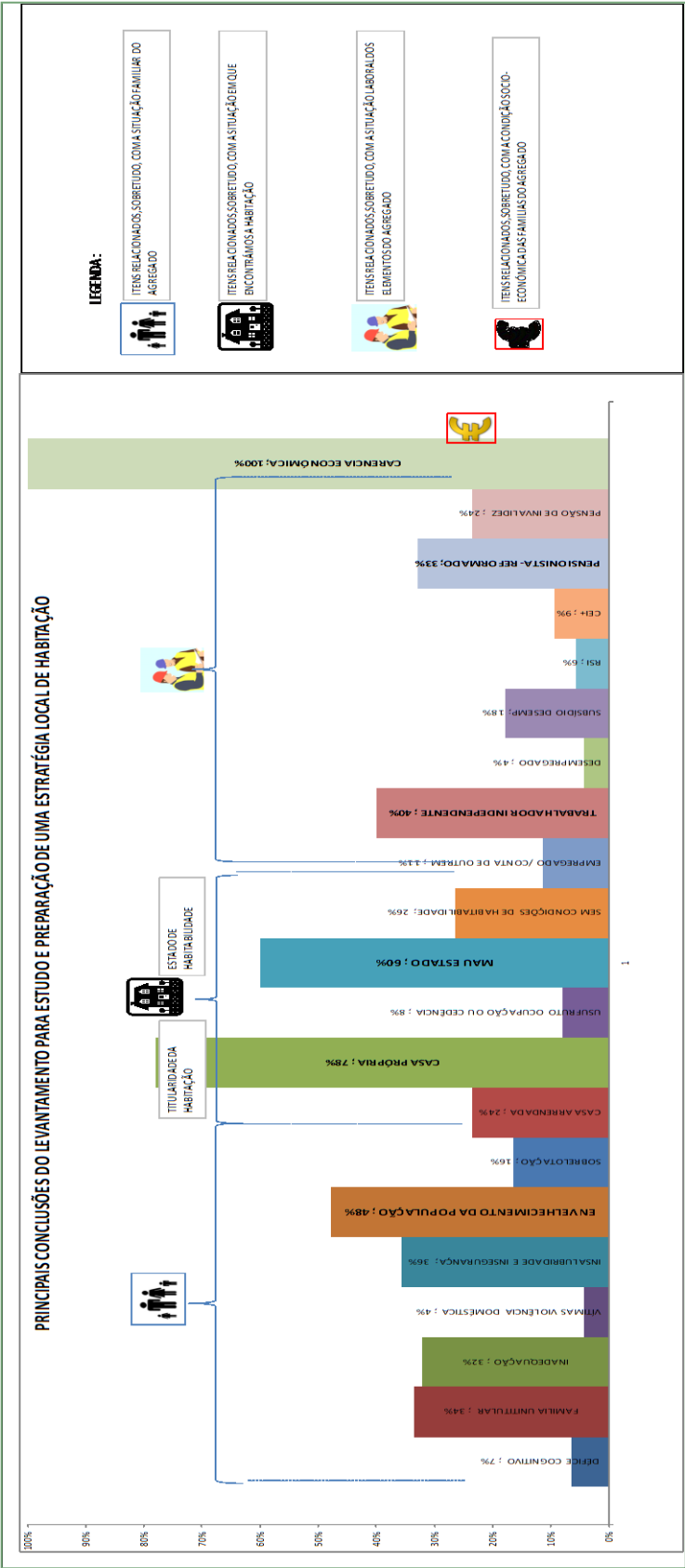
A par de situações de muito mau estado geral dos interior da casa, há um elevado número de **situações pobreza energética**. Sabendo que Alfândega da Fé se situa no coração de Trás os Montes conclui-se rapidamente que grande parte do ano faz muito frio e isso, em conjunto com a degradação do edificado, os baixos rendimentos, afetam muito a saúde e a qualidade de vida destas pessoas. Todas estas conclusões estão devidamente fundamentadas e documentadas e vão inserir-se em decisões de prioridades e soluções adequadas aos contextos socioculturais e económicos destas famílias e desta região.

79

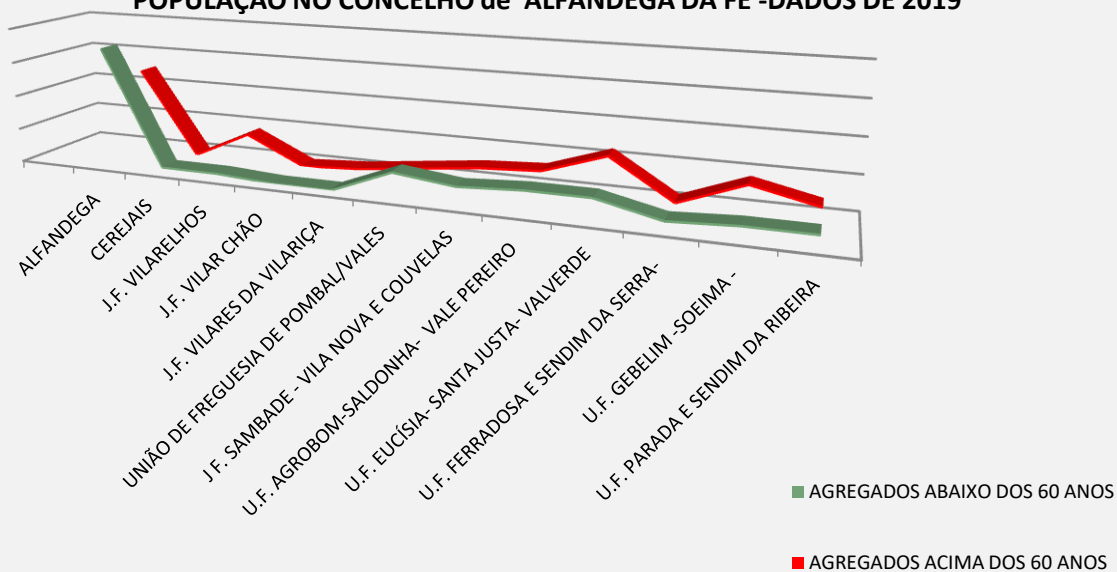
Identificamos a grande utilidade do programa 1º direito para apoio ao Município na implementação de medidas várias, bem como na possibilidade de beneficiários diretos poderem contar com apoio desde a fase de candidatura até à fase de seguimento das obras de reabilitação das suas habitações.

A Estratégia Local de Habitação teve em conta cada uma das situações identificadas e as soluções propostas visam respeitar os princípios do programa 1º Direito- DI nº 37/2018 de 4 de junho, tendo por base a realidade concreta de cada agregado.

Salvaguardamos a necessidade de haver uma atualização periódica das situações habitacionais indignas, por forma a garantir que o levantamento, ora realizado, possa traduzir-se num instrumento de apoio à gestão das políticas de habitação no Concelho de Alfândega da Fé.



**FAIXA ETÁRIA DOS TITULARES DA HABITAÇÃO E O ENVELHECIMENTO DA
POPULAÇÃO NO CONCELHO de ALFÂNDEGA DA FÉ -DADOS DE 2019**



PARTE IV

Anexo – Mapa geral das situações habitacionais indignas estudadas.